

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS**

LUCIANO VITOR DIAS LIBERATO

**PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E SEGREGAÇÃO: O DISCURSO CONTRA O
HOMOSSEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR**

**PONTA GROSSA
2008**

LUCIANO VITOR DIAS LIBERATO

**PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E SEGREGAÇÃO: O DISCURSO CONTRA O
HOMOSSEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do título de
licenciado em Letras Português/Inglês, da
Universidade Estadual de Ponta Grossa.**

**Orientador: Prof.^a Dr.^a Ercília Maria
Angeli Teixeira de Paula**

**PONTA GROSSA
2008**

LUCIANO VITOR DIAS LIBERATO

**PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E SEGREGAÇÃO: O DISCURSO CONTRA O
HOMOSSEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do título de licenciado em
Letras Português/Inglês na Universidade Estadual de Ponta Grossa.**

Ponta Grossa, _____ de _____ de _____.

**Prof.^a Dr.^a Ercília Maria Teixeira Angeli de Paula- Orientadora
Doutora em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa**

**Prof. Dr. Jefferson Mainardes
Doutor em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa**

**Prof.^a Ms. Ione Jovino da Silva
Mestre em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa**

**Prof. Ms. Nei Alberto Salles Filho
Mestre em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa**

Dedico este trabalho:

À minha família em geral, pelo intenso apoio em relação a todas as questões e momentos da
minha caminhada acadêmica.

Ao meu pai, por acreditar que o caminho que escolhi seguir seria o melhor a que me propus e
no qual encontraria a realização de trabalhar com aspectos que me cativavam.

Em especial à minha mãe, pela dedicação e preocupação constante. Sem ela, não haveria
formas de eu me constituir na pessoa que sou hoje. Sem ela, não haveria modos de seguir em
frente por mais, ainda mais que meus objetivos foram, muitas vezes, ofuscados pelos atos de
tantos. Sem ela, a vontade de vencer e a coragem para lutar não estariam arraigadas em mim.

Às minhas irmãs, por sempre estarem do meu lado, constituindo apoio e alegria no que diz
respeito ao enfrentamento das adversidades encontradas pelo caminho.

Aos sujeitos que, direta ou indiretamente, são asfixiados pelo espaço escolar e os quais não
puderam ou não tiveram forças para seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Tantas são as pessoas a agradecer... Nessa caminhada, durante os quatro anos da graduação, muitos foram os seres maravilhosos que encontrei nos mais diversos ambientes.

E foram tantas as conversas e encontros com essas e outras tantas pessoas que foram surgindo em meu caminho, que uma rede de troca de saberes e experiências constituiu-se.

A todos aqueles cujos nomes não estiverem presentes aqui, perdoai a falha da memória humana, mas saibam que realizei um esforço grandioso para relatá-los todos.

Agradeço imensamente à professora Joseli Maria Silva, pela oportunidade de trabalhar ao seu lado, pela troca de saberes, pelo partilhar de experiências, pelos ensinamentos e conversas.

Agradeço a João Marcelo Ramos, pelo apoio constante, pela contribuição nas mais diversas formas, pelo companheirismo e paciência.

Agradeço à professora Ercília Maria Teixeira Angeli de Paula, que desde o primeiro momento aceitou fazer parte do meu projeto, orientando-me e mantendo-se firme frente às adversidades encontradas na realização dessa pesquisa.

Agradeço à professora Ione Jovino da Silva, pela contribuição bibliográfica, experiência profissional e ainda pela paciência e pelas conversas construtivas.

Agradeço ao professor Nei Alberto Salles Filho, por me ensinar a importância do trabalho com a cultura de paz. Pela contribuição bibliográfica e pela paciência.

Agradeço à professora Regina Messias Aparecida Guilherme, pela contribuição bibliográfica, pelos papos acerca da educação e pela troca de saberes.

Agradeço, ainda, ao pessoal da Ong Renascer, por tudo. Sem eles, minha pesquisa seria uma mera teoria entre tantas outras. Agradeço do fundo do coração a cada um dos que participaram das entrevistas relatando suas experiências, muitas vezes dolorosas, e mesmo assim foram capazes de entender a importância de seus relatos.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte deste trabalho. Que contribuíram de alguma forma para a realização dessa pesquisa, tanto em âmbito bibliográfico quanto em relato de suas experiências enquanto educadores, alunos e pesquisadores.

Agradeço, por fim, a meus pais, base de toda a minha vida, coração pulsante vivo. Pela oportunidade de me permitirem seguir meus sonhos; por acreditarem no meu potencial; pelo custeio de minha pesquisa e, principalmente, pelo amor incondicional.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo explicitar, demonstrar e comprovar como ocorrem as discriminações, preconceitos e segregação dos sujeitos homossexuais dentro do espaço escolar. A metodologia deste trabalho constou da análise dos documentos oficiais, os quais direcionam os rumos da educação de nosso país. Foram analisadas as propostas apresentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais tanto para o Ensino Fundamental, quanto para o Ensino Médio, bem como pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, também voltados para o Ensino Fundamental e Médio. Dessa forma, puderam ser observadas as diversas maneiras pelas quais são apresentadas as propostas para o trabalho com as questões de diversidade, orientação sexual, preferência sexual e com o público GLBT. Metodologicamente, coletaram-se relatos orais a respeito das manifestações de homofobia dentro do espaço de sala de aula. Também foram coletadas fotos e imagens dos banheiros masculinos, e fez-se uma descrição da vivência de pesquisa de campo em que foi possível evidenciar posturas contrárias ao que pregam os documentos oficiais e determinações previstas em lei. Aliada a essa coleta de dados e embasamento teórico respaldado nos documentos oficiais, foi realizada análise acerca do programa “Brasil Sem Homofobia”, análise essa que foi articulada à fala dos sujeitos entrevistados. Sendo assim, o objetivo proposto para essa pesquisa foi atingido, tanto em termos de teoria quanto em termos de prática. Conclui-se, portanto, que os sujeitos homossexuais ainda estão segregados dentro do espaço escolar, bem como sofrem os mais diversos tipos de discriminações, além de estarem sujeitos a um preconceito que quase sempre os faz abandonar o recinto escolar e os impede de ter uma vida digna como os demais.

Palavras- Chave: Segregação. Espaço escolar. Homofobia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Da necessidade do Grito.....7

CAPÍTULO I

1.1 Sobre o que é ser homem e o que é ser mulher.....9

1.2 Não existe mais homem ou mulher?.....10

1.3 Os gêneros e o ambiente escolar.....13

CAPÍTULO II

2.1 Das regulamentações ao trabalho com a Diversidade.....14

2.2 O papel do ambiente escolar na distinção entre ser homem e ser mulher: construção das diferenças.....18

2.3 A mídia e sua relação de gênero e espaço escolar.....19

CAPÍTULO III

3.1 Da parte prática do discurso dos homossexuais dentro do contexto escolar..... 21

3.2 A escola e os seus processos de segregação: linguagem verbal e não-verbal.....23

3.3 Segregação da repressão: dores e angústias.....24

CAPÍTULO IV

4.1 O Bullying em suas atitudes mais drásticas.....26

4.2 O direito de ir ao banheiro.....29

4.3 Existe mesmo um Brasil sem Homofobia?.....32

4.4 O programa Brasil Sem Homofobia e a capacitação de professores: uma luz no fim do túnel.....43

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....46

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....49

APRESENTAÇÃO

Da necessidade do grito

A realidade é tão crua e fétida que derrama o vermelho do sangue apagando as outras cores do arco-íris.

Considerando que a vida escolar inicial é uma das fases mais importantes na vida de um ser humano e a responsabilidade que tem a escola de formar um cidadão consciente é que se deu a trajetória desta pesquisa.

O descontentamento com o que chamamos de escola foi um dos pilares para a evolução dessa pesquisa.

A trajetória de um pesquisador é árdua, no entanto mais áspera é a realidade da vida, que, muitas vezes, é nua e crua. A escola é um espaço de possibilidades criativas e inovadoras, mas também pode vir a tornar-se um espaço asfixiante de gênios, intelectuais e artistas, principalmente quando é segregativa.

Essa pesquisa pretende analisar as formas como essa escola reproduz a sociedade e os seus preconceitos, adotando posturas de preconceito, discriminação e segregação dos seres homossexuais, por meio de seus mecanismos de exclusão.

Essas manifestações ofuscam o brilho dos seus discentes homossexuais, ao passo que a normatização e a projeção de movimentos repetidos, posturas e comportamentos engessam esse aluno, fazendo brotar do murmúrio um grito que emerge.

O interesse pelo tema envolvendo a diversidade no espaço educacional vem dessas questões pelas quais a escola não tem interesse. Apareceu da sonegação dos direitos dos futuros cidadãos. Nasceu da pertinência em abrir a ferida e deixar escorrer o pus para que ele não mais apodreça.

Na postura de aluno, que passa 11, 12 anos na escola, percebemos que existe algo errado, que há um erro e um errante. No entanto, ninguém se faz perceber ao erro, ninguém quer ver o errado e ninguém quer ser o errante.

Os alunos homossexuais são silenciados pela não autoridade ou pela falta de atenção de um ou mais membros que não observam ou fingem não observar como a educação não é

bela e como ela é um trem fantasma, em que o passar de um ano para outro equivale ao pulo de uma bruxa ou caveira à sua frente.

Enquanto futuro professor, ainda vemos as mesmas posturas, os mesmos atos, as mesmas barbáries para com esses alunos. Por que isso não mudou ainda? Por que não somos ainda cidadãos? Ou se pensa que se é cidadão numa sociedade em que se programam os cérebros para serem “normais”? Não.

Ainda por acreditar que a escola pode mudar e que todos podem ser atendidos de forma justa e não segregacionista é que esta pesquisa foi proposta. Propus esta pesquisa enquanto aluno, como futuro professor, enquanto estagiário.

Muitos acreditam que, em desviando o curso do vermelho-sangue, o arco-íris possa ressurgir, não permitindo apenas que a diversidade possa participar da sociedade escolar, mas que ela possa ambientar um espaço no qual os sujeitos possam ser livres. Para que esses seres não tenham que sair correndo após o último sinal com medo de apanhar. Para que esses mesmos sujeitos não tenham que segurar suas urinas por não poderem frequentar os banheiros escolares. Para que eles não tenham que ainda ouvir os seus formadores fazerem piadas que os remetem a uma situação vexativa e desmoralizadora. Mas que esses formadores, que os ditos educadores, os formadores de um futuro creditado às crianças possam acreditar ainda na educação, quando nem mesmo eles acreditam mais.

Essa pesquisa nasce então entre o confronto do silenciamento e do direito de expor.

CAPÍTULO 1

1.1 Sobre o que é ser homem e o que é ser mulher.

No que diz respeito às questões sobre o que é ser homem e o que é ser mulher nos dias de hoje, ainda há uma lacuna a ser preenchida quando temos em nossas mãos temas como a diversidade.

Da mesma forma que categorizamos coisas e pessoas, assim fazemos as classificações de gênero, o que traz inúmeras conseqüências estancadas no que diz respeito à definição de papéis sobre o que é ser homem e o que é ser mulher.

Das inúmeras teorias correntes ou já em desuso que propõem tais classificações, vale explicitar algumas delas pelas quais poderemos chegar aos contextos atuais do que somos hoje: homens, de um lado, e mulheres, do outro.

E no meio dessa classificação de homens, à esquerda, e mulheres, à direita, explicações têm de ser encontradas para a questão dos meios-termos. Meios-termos que incluem o público GLBTTT¹.

A primeira delas nos remete à teoria da seleção sexual de Darwin. De acordo com Roughgarden (2008), Darwin, em 1871, dizia que a escolha de machos e fêmeas era dada pela “pré-destinação” biológica, ou seja, se um indivíduo nascesse com características masculinas, ele preterivelmente seria ou deveria estar condicionado a assumir o papel masculino, adotando posturas e comportamentos como tal.

Roughgarden (2008) vai de encontro à teoria Darwiniana e passa a contestar as questões levantadas por Darwin, explicitando os motivos que a fizeram entender que é possível haver mais de dois gêneros, porém, apenas dois sexos.

No entanto, do ponto de vista biológico, outras são as explicações utilizadas por cientistas e pesquisadores. Uma delas se refere ao fato de que, segundo Houzel (2006), “a exposição a quantidades exageradas de testosterona na vida intra-uterina masculiniza a programação de fetos femininos” e vice-versa.

Dessa forma, vale atentar para a exposição dos hormônios como fator determinante da sexualidade do ser humano em formação. Se, por um lado, temos discussões relacionadas às

¹ Abreviação de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Transexuais.

questões hormonais como fator de determinação da homossexualidade, por outro, culturalmente, temos a dualidade da opção pelo comportamento homo ou hétero, sendo assim, um fator positivo ou negativo quanto à biologia.

À medida que as teorias evoluíram, podemos perceber que há sempre alguém em algum lugar do planeta tentando explicar o porquê de tais comportamentos, já tidos como desviantes. Munanga (2003) bem explicita a questão da imprescindível mania do ser humano de classificar: “com a preocupação de facilitar a busca e a compreensão, parece que o ser humano desde que começou observar desenvolveu a aptidão cognitiva de classificação”.

Houzel (2006) ainda afirma que a homossexualidade é uma “variação” e, como variação, a preferência sexual é fruto das questões hormonais envolvidas na gestação. É por essa razão que não considera a homossexualidade como um fator de escolha, mas, sim, de “descoberta”.

Teorias relativas às essências biológicas do ser humano à parte, há ainda as que buscam explicações para a questão do papel de homens e mulheres na sociedade pelos estudos das estruturas cerebrais.

Dessa forma, Kimura (2007) atenta para o fato de o hipotálamo estar relacionado às questões comportamentais de homens e mulheres. Uma variação no tamanho de hipotálamos masculinos explica, até certo ponto, as diferenças que foram construídas pela ciência em relação às determinações dos sexos e suas preferências ou orientações sexuais a partir disso.

No entanto, o que a sociedade ainda preconiza é a separação do gênero em dois: masculino e feminino, determinando que os masculinos só podem estar aptos ao feminino e que o feminino deve, obrigatoriamente, subordinar-se ao masculino.

E assim sucessivamente novas teorias, novas formas de classificação e separação de sexos foram construídas, promovendo a exclusão dos que não se encaixam nessas classificações.

1.2 Não existe mais homem ou mulher?

Essa pergunta tem sido levantada nos tempos atuais quando são confrontados valores relativos às questões sobre a diversidade na sociedade.

O que existe, no entanto, é a busca por esse homem e por essa mulher, ditos assim, “perdidos”. Enquanto novas sexualidades surgem no cenário social, a relação estreita entre homens e mulheres alarga-se. E é preciso que ela se alargue, pelo fato de que é importante tentar incluir no meio dela essas novas sexualidades, que incluem não somente gays e

lésbicas, mas também os bissexuais, os travestis, os transexuais e os transgêneros; esses últimos ainda mais excluídos pelo fato de nem mesmo possuírem algum aspecto dos mencionados anteriormente.

Não mais a sociedade apenas precisa adequar-se a tais categorias inovadoras dentro do aspecto sexual, mas a escola também. Quando postas cara a cara com tais sujeitos, a escola, em suas atitudes menos vexativas, simplesmente ignora o público mencionado, permitindo que estes sofram pelas diversas mãos que os agriem.

Não devia a escola estar preparada para trabalhar com tais questões? Dever, devia, mas não está. Atualmente a escola “precisa” estar preparada para o trabalho com este público. E em suas relações afetivas, deve atentar para o fato de que nem sempre as classificações explicam a vida, mas apenas permitem que tentemos entendê-las.

Quanto ao fato da existência ou não existência dos sujeitos ditos homens e dos sujeitos ditos mulheres, podemos adentrar a questão do gênero, já que os sexos são, exclusivamente, dois. Por outro lado, o termo gênero é amplo e se define com base nos autores citados e seus pontos de vista.

Adotando-se aqui a posição do “Grupo Esperança”, organização não-governamental de apoio ao público transgênero, com sede em Curitiba, o termo gênero se configura da seguinte forma:

[...] o gênero passa a ser visto como uma relação que envolve relações de poder e dominação mas remete também à especificidade humana de criar cultura-símbolos, representações e identidades. Assim, entende-se que as sociedades humanas dão origem a diversas e ilimitadas formas de interpretar e organizar o “sexo biológico” (CURITIBA, 2007, p. 33).

Considerando esse ponto de vista, há de se atentar para o fato de que as relações de poder, tão discutidas por Foucault, farão parte desse processo de gênero. Mas o que não pode ser deixado de lado é que essa relação de poder não deve, de forma alguma, segregar o sujeito.

As questões de gênero, dentro do ambiente escolar, podem ser melhor compreendidas pela teoria *Queer*, que nada mais é do que o “estudo das experiências dos grupos que a cultura dominante identifica como minorias ou *anormais* por causa de suas identidades ou práticas sexuais de gênero (CURITIBA, 2007, p. 34)”.

A teoria *Queer* pode ajudar o ambiente educacional no amparo em relação aos problemas que enfrenta em decorrência da discriminação pela diversidade. Mas sugere-se cautela no uso de tais estudos, para que não sejam tratados como chacota e com ignorância.

Miskolci (2005) exemplifica, de forma sintética e objetiva, o modo como a teoria *Queer* pode ser importante para a compreensão dos elementos homossexuais dentro de um espaço asfixiante como a escola:

O que caracteriza os estudos *Queer* é o apoio na história para evidenciar e desconstruir pressupostos que embasam práticas sociais e, principalmente, conceitos e teorias arraigados nas ciências. O objetivo não é a defesa da homossexualidade, antes a crítica dos sistemas únicos formados pelo par heterossexualidade-homossexualidade, o qual esconde e refuta a diversidade por meio de apenas duas categorias naturalizadas (MISKOLCI, 2005, p. 33).

A teoria *Queer* se volta para a questão da identidade e normalidade. Ela busca colocar em evidência como tais nomenclaturas podem ajudar na exclusão dos seres homossexuais dentro de uma sociedade. Uma forte representante da defesa da teoria *Queer* atualmente é Judith Butler, que vem trabalhando nas questões referentes à performatividade.

Silva (2007) argumenta que “a teoria *Queer* começa por problematizar a identidade sexual considerada normal, ou seja, a heterossexualidade”. Dessa forma, a teoria *Queer* vem a indagar o porquê de somente o hétero ser considerado normal e padrão para o estilo de vida dos demais.

Ainda segundo Miskolci (2005):

[...] as análises *Queer* buscam desconstruir categorias identitárias através do esmiuçamento dos processos históricos que os criaram. Levam-nos a compreender toda forma de comportamento como forma de construção social e histórica e trazem à luz, as estruturas de poder e dominação que estabelecem os padrões de aceitabilidade e rejeição de identidades (MISKOLCI, 2005, p. 33).

Dessa forma, pode-se perceber a relevância da teoria *Queer* para o trabalho com a diversidade dentro do ambiente escolar, em que, percebe-se, “a heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade” (MISKOLCI, 2007, p. 5).

Tais teorias, num trabalho bem realizado, podem ajudar a incluir determinados sujeitos e desmistificar o “engessado” papel de homens e mulheres dentro de uma sociedade. Assim sendo, é importante atentarmos para o fato de que homens e mulheres ditos “perdidos” não se perderam, como explicita Miskolci (2005) quando diz que “não vivemos uma crise das identidades de gênero”.

1.3 Os gêneros e o ambiente escolar

A relação entre os gêneros e o ambiente escolar é bastante conflituosa. Por esse motivo, integrantes da instituição educacional precisam estar sensibilizados para o atendimento a essas “minorias”.

O espaço escolar constitui-se um ambiente em que os indivíduos ali inseridos estão sendo preparados para a vida em sociedade e precisam aprender a respeitar as diferenças existentes no mundo moderno.

Tal espaço deve zelar e assegurar para que o indivíduo tenha segurança dentro do seu espaço físico e que tal sistema lhe permita constituir-se como cidadão assim como os demais. No entanto, quando as questões referentes ao gênero entram em pauta, muitas das finalidades da escola são esquecidas.

É no ambiente escolar que o processo de socialização e interação acontece. É nesse ambiente ainda que se configura a formação de um ser humano voltado para as questões da sociedade. Ser humano este que compreende e possui reciprocidade em relação à sociedade que o acolhe.

Se, no entanto, o ambiente escolar passa a ser elemento de exclusão deste “ser diferente”, a idéia da escola acolhedora e da sociedade participativa se quebra, de modo que, como conseqüências, dão-se a segregação do ser e o não cumprimento do papel e do objetivo da escola: o da inclusão e participação desse ser na sociedade.

Por outro lado, se forem trabalhadas as questões sobre sexualidade, orientação sexual e preferência sexual dentro do ambiente escolar, tais implicaturas poderão não ocorrer ou ocorrer de forma tal que não afete esse sujeito, o qual necessita de apoio e estímulo.

Mas de toda e qualquer forma, a escola, por mais sensibilizado que esteja seu corpo docente e técnico-pedagógico, será berço dos aspectos discriminatórios do sujeito. De que forma?

Assim como a escola prepara o futuro cidadão para a sociedade, ela reproduz os valores dessa sociedade. A sociedade, no entanto, não admite que tais “desvios” sejam considerados, excluindo, assim, a possibilidade de esse sujeito de ser **igual** aos demais.

Por mais que a constituição de 1988 (BRASIL, 1988) pregue a igualdade de direitos de todos perante a lei, o processo de exclusão se torna marcante quando reproduzidos os valores morais da sociedade em que vive o homossexual.

Se, para a sociedade, ele é visto como desvio de norma e deve ser normalizado, para ele, se torna uma afronta não poder ser ele mesmo, constituir-se na identidade que escolheu para si, a qual pretende manter até que, de alguma forma, tenha de abdicar dela.

Para tanto, o respeito mútuo deve ser compartilhado não somente entre sistema de ensino e “minorias”, mas também entre todos os cidadãos que perambulam pelo ambiente escolar, levando em consideração funcionários, alunos e visitantes.

Dentro dessa perspectiva, deve-se levar em consideração a presença da Cultura de Paz dentro do âmbito escolar no que diz respeito ao trabalho com as diversidades de gênero, entendendo-se a cultura de paz como uma cultura que:

Promove a diversidade pacífica. Tal cultura inclui modos de vida, padrões de crença, valores e comportamento, bem como os correspondentes arranjos institucionais que promovem o cuidado mútuo e bem-estar, bem como uma igualdade que inclui o reconhecimento das diferenças [...] (BOLDING, 2000).

Dessa forma, esse respeito mútuo e a responsabilidade de compreender o outro tornam o processo escolar um pouco mais significativo, tendo em vista que não serão acatados por aceitação no todo.

No entanto, vale considerar que a tentativa de emprego da cultura de paz dentro do espaço escolar não remete a uma visão utópica de que a escola ou sociedade viverá em plena paz e harmonia. De forma alguma. A Cultura de Paz não se refere, necessariamente, ao termo paz, no sentido simbólico, mas, nas palavras da UNESCO (2003), servirá para “repudiar todas as formas de violência, especialmente a cotidiana”.

Sendo assim, o sujeito proverá de meios para os quais poderá se sentir mais seguro nos que diz respeito a sua permanência dentro do processo educativo, assegurando a sua integridade física e moral.

CAPÍTULO II

2.1 Das regulamentações ao trabalho com a diversidade

O trabalho com as questões sobre diversidade precisa ser iniciado desde cedo começando na Educação Infantil. Ainda que muitos pensem que a Educação Infantil deve ser excluída ou reservada em relação a essas questões, entende-se como crucial a participação dela no processo de construção de uma sociedade mais justa, menos preconceituosa e discriminatória.

Dessa forma, a Educação Infantil se torna prioridade no processo de mudanças significativas que vão desde a separação dos sexos nas atividades escolares, até os momentos lúdicos em que meninos e meninas têm seus respectivos papéis impostos pela sociedade.

No que diz respeito a essa estigmatização da infância e à estereotipização dos corpos, vale lembrar que é de suma importância a abordagem da cultura de paz desde a Educação Infantil, pelo fato de abordar as questões dos valores morais, valores estes que podem ser (re)construídos sob uma nova perspectiva, que não a da nossa sociedade atual, homofóbica.

A participação dos seres como iguais é de caráter essencial, no que diz respeito às questões referentes à separação dos gêneros dentro do ambiente escolar. É fato que meninos e meninas são diferentes em determinados comportamentos, porém há de se rever essa postura de separação dos corpos ao considerar que a supremacia masculina e a submissão feminina precisam ser combatidas.

Nos momentos que são ditos lúdicos, precisar-se-á permitir que as crianças possam escolher os brinquedos com os quais elas pretendem brincar e evitar, dessa forma, que tais determinações de gênero quanto aos brinquedos sejam impostas, tais como: a permissão de somente meninas brincarem de bonecas e meninos, de futebol.

Nos que diz respeito a essas simples atitudes na esfera comportamental, começar-se-á a colher os frutos de uma geração mais aberta às questões de diversidade bem como mais crítica quanto às posturas repressoras da sociedade em relação a esses seres.

Em se tratando de Ensino Fundamental, deve-se prestar atenção a duas fases do trabalho com questões de normatização.

A resolução CEB nº2/98, que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1998), prevê, em seu artigo 3º, inciso I, “os

princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum”, como também “os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais”.

No que diz respeito a essas determinações perante as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, o trabalho com determinadas questões e a promoção do bem de todos dentro do espaço escolar são de importância fundamental, além de serem previstas em lei, como citado acima.

Portanto, está assegurado em lei e nas determinações das Diretrizes o direito que esses cidadãos considerados “minorias” têm de participar das atividades escolares assim como o fazem seus iguais, em pé de igualdade de direitos e responsabilidades, não sendo permitidas discriminações.

Em seu inciso IV, determina ainda “a relação do Ensino Fundamental e a sexualidade”, permitindo a abertura para o trabalho com as questões sobre sexualidade dentro do espaço escolar (BRASIL, 1998, p. 1).

Em cumprimento de tais diretrizes, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental estabelecem que tais determinações sejam “cumpridas” não ao longo dos conteúdos das disciplinas obrigatórias, mas como temas transversais à educação (BRASIL, 1998).

No que diz respeito aos temas transversais da educação para o trabalho com a sexualidade no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, encontra-se primeiramente (na primeira fase) o trabalho com as questões das diversidades pautadas na Ética, nas quais questões como a seguinte: “[...] até hoje é uma sociedade marcada por relações sociais hierarquizadas e por privilégios que reproduzem um altíssimo nível de desigualdade, injustiça e exclusão social”, são explanadas para se chegar às determinações que visem “a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação e a co-relação pela vida social” (BRASIL, 1997, p. 20).

Os PCNs, em sua literalidade, explanam que o trabalho com a questão da Orientação Sexual servirá de forma a transmitir informações e problematizar questões referentes a esse conteúdo. Porém, informações e problematizações não bastam para que a escola cumpra seu papel em relação à sexualidade e à proteção aos indivíduos que sofrem preconceitos.

No entanto, a escola visa à discussão dos papéis assumidos por homens e mulheres na sociedade, de forma que, se trabalhado corretamente, permitirá que se contemple uma abertura de mentes quanto à homossexualidade.

Porém, toda a pauta referente à orientação sexual se dissipa quando misturada às questões referentes à saúde dos indivíduos inseridos dentro do plano escolar. Questões como

essas devem ser trabalhadas em suas respectivas áreas, como, por exemplo, a saúde ou as ciências sociais, não implicando saúde com orientação, permitindo, ainda assim, a configuração de desvio.

A questão da ética como tema transversal da educação se volta ainda para a questão da cultura de paz, já trabalhada aqui e que é de importância máxima para o entendimento da questão da homossexualidade, pois permite que, ao menos, os sujeitos sejam respeitados.

Ao analisar os elementos para o trabalho de 5^a a 8^a séries (segunda fase) com a sexualidade no Ensino Fundamental, constata-se que quase nenhuma modificação é realizada, tomando por base o texto desenvolvido para o trabalho de 1^a a 4^a séries. Apenas se acrescentam alguns elementos a mais.

No que a escola entende por Orientação Sexual incluem-se relações biológicas e fisiológicas, passando desde o fim da infância à fase da adolescência, compreendendo a puberdade, mas mantendo do lado de fora a discussão que seria de maior grau de importância: a diversidade.

Como explicitado por Oliveira e Morgado (2005, p. 2), “muito embora a maioria dos professores concorde com a introdução de temas contemporâneos no currículo, muitos continuam a tratar a homossexualidade como doença, perversão e deformação moral”. Dessa forma, o trabalho com as questões de gênero e diversidade dentro do espaço escolar vem sendo feito ou de forma errônea ou carregado de preconceitos.

Quanto ao trabalho errôneo a que me refiro, chamo a atenção para o fato de que a discussão sobre orientação sexual, promovida pela discussão a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, nada mais é do que uma discussão sobre Educação Sexual.

A Educação Sexual “é um conjunto de informações desenvolvidas de forma assistemática, tendendo a reproduzir nos jovens os padrões de moralidade de uma sociedade”. Já a Orientação Sexual “é um processo de intervenção sistemático, promovendo o acolhimento e reflexão de dúvidas, valores, atitudes, informação e posturas” (OLIVEIRA; MORGADO, 2005, p. 3).

Dessa forma, a escola não promove uma abertura em relação ao tema homossexualidade dentro do espaço escolar, mas sim uma estereotipização perante os valores morais inculcados nas mentes dos professores, que repassam as mesmas idéias, tornando a homofobia cíclica.

Finalmente, ao chegarmos ao Ensino Médio, tais Orientações Sexuais são dissipadas em função da busca desenfreada pelo tecnicismo ou pela freqüente prioridade em inserir o aluno no contexto universitário.

Em seu artigo 36, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicita a construção da identidade como função final do Ensino Médio. Essa construção da identidade deve ser priorizada e tratada com respeito durante os anos anteriores para poder se chegar ao Ensino Médio com dignidade (BRASIL, 1996, p. 35).

Se, por um lado, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio colocam “o papel da educação como elemento de desenvolvimento social”, toda a discussão até aqui realizada deve ser revalidada perante o ambiente escolar. Por outro lado, os quatro eixos da educação contemporânea: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser, precisam ser norteados de forma a contribuir para esse processo.

Segundo as determinações para as Ciências Humanas e suas Tecnologias (BRASIL, 1996, p. 22): “O aluno deve ser capaz de *entender a sociedade em que vive, que se reconstrói constantemente ao longo de gerações*” para que possa se transformar esse cidadão em um agente que intervém de forma positiva na sociedade em que vive.

Esse cidadão deverá ser capaz de dotar-se de sensibilidade para o trabalho com a diversidade, bem como deter em si uma política de igualdade, em que o processo de construção da identidade se dê de forma íntegra e não problemática.

2.2 O papel do ambiente escolar na distinção entre ser homem e ser mulher: construção das diferenças

O que comumente vemos dentro do espaço escolar é o surgimento de valores e posturas não muito aceitáveis para o trabalho com a diversidade nos tempos atuais. Essas representações sociais no espaço escolar estão arraigadas na cultura do nosso país, o qual caminha, a passos de tartaruga, para uma mudança.

A Educação Infantil novamente estabelece-se como importantíssima nesse processo de classificação por sexos, Segundo Vianna e Finco (2006, p. 51), por se entender que “a Educação Infantil não só cuida do corpo da criança como a educa: ele é o primeiro lugar marcado pelo adulto, que impõe à sua conduta, limites sociais e psicológicos”.

Uma vez que a criança teve seu corpo marcado pelas imposições ou discriminações em relação a sua sexualidade, entram em questão as dominações de poder, levantadas por Foucault (1979), em que a criança passa a ser o ser passivo das imposições ativas das posturas moralmente aceitas como corretas.

Dessa forma, essa imposição e as marcações corporais não somente constituem as relações de poder entre professor-aluno, mas também seus atos perante a sociedade. Entende-

se por atos, aqui, os papéis esperados pela sociedade em relação à determinação biológica desse ser.

Sociedade e cultura impõem suas condições de normas aos sujeitos que se sujeitam, muitas vezes, a aceitá-las. Quando não inculcidas por aquele ser “desviado”, tal elemento se constitui um aspecto negativo que não se configura nas normas.

Segundo Vianna e Finco (2006, p. 53), as características físicas de meninos e meninas, bem como os comportamentos que se esperam de um e de outro, se reforçam durante as práticas diárias na Educação Infantil.

No entanto, como já se sabe, as relações de gênero tornam presentes as relações de poder dentro do contexto escolar e também levam o sujeito à dominação que o impede de constituir a sua identidade.

A questão da produção das diferenças entre homens e mulheres vai muito mais além da inocência de meninos e meninas. O ambiente escolar propicia a cópia de modelos estancados da possibilidade de ser algo mais do que aquilo.

A Educação Infantil é comumente vista como o processo de iniciação de toda a formação do ser humano. Dentro deste contexto, entende-se que a criança copia os adultos considerando seus atos como certos, porque, para eles, os atos dos adultos são verdade absoluta. Estas estão entre as grandes questões levantadas pela maioria dos teóricos desta área.

A partir dessa relação de cópia de (maus) hábitos dos adultos, as crianças internalizam esses atos como sendo os certos e provavelmente os utilizarão como sendo verdade incontestável. Nesse conceito de verdade incontestável, uma bola de neve se forma ao longo de sua vida. Cabe dizer aqui que o termo “bola de neve” é uma metáfora, que representa a noção de que ele irá carregar todas as atitudes que arrecadou durante o seu percurso.

Foucault dizia que “somos todos produzidos pelo poder” (2007 apud ESPERANÇA, 2007, p. 34). No entanto, dentro dessa perspectiva, Foucault considerava que “o agir dos grupos subalternos faz uma diferença, sendo capazes de produzir mudanças importantes no cenário social”. A isto, Schraml (1977, p. 341) denomina “formação de reação”, segundo a qual os comportamentos são contrários ao poder de dominação.

Sendo assim, os indivíduos que reagem aos procedimentos de dominação estão afirmando suas identidades perante a sociedade. Embora exista uma parcela que se impõe perante a imposição, existem os que não conseguem se manifestar, sendo lesionados pelas práticas freqüentes, muitas vezes diárias, do Bullying.

2.3 A mídia e sua relação entre gênero e espaço escolar

O trabalho com as questões de gênero do ponto de vista da mídia pode ser levado em consideração pela sua exposição quanto ao tema da homossexualidade. Comumente vemos o público GLS retratado de forma cômica ou caricata.

Naturalmente que essas relações quanto ao tema da homossexualidade e trabalho com a diversidade não devem ser consideradas, pelo fato de não contribuírem para o trabalho com essas questões.

No entanto, voltando-nos para um aspecto mais sério e pedagógico, consideremos a presença de elementos midiáticos, tais como publicações de revistas de cunho educacional e filmes com abordagens questionadoras dos processos de construção de identidade.

Em se tratando de revistas educacionais, existem algumas publicações – como as revistas Nova Escola, Educação, Profissão Mestre, Coleção Educativa, Guia Prático para Professores da Educação Infantil, Guia Prático para Professores do Ensino Fundamental, de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries, revistas voltadas aos professores da Educação Infantil –, que passaram a propor matérias de capa sobre o tema do preconceito. Nas matérias, são apresentados teóricos que orientam sobre como trabalhar tais assuntos no contexto da Educação Infantil.

Já em relação aos alunos do Ensino Fundamental, de 1ª a 4ª séries, já existem também revistas trazendo discussões acerca de assuntos relacionados à temática do gênero, atentando para a forma como os professores trabalham com esse público e quais os possíveis atos que podem estar fazendo uma distinção dos seres pelos seus sexos.

Nessa perspectiva de atenção às práticas rotineiras existe ainda um distanciamento:

São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvo de atenção renovada, de questionamento, e em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente é essa: desconfiar do que é tomado como natural (LOURO, 1998, p. 63).

Desse ponto de vista, torna-se importante que o professor observe suas posturas frente à sala de aula, bem como seu relacionamento com tais preconceitos internalizados, evitando, dessa forma, o uso de piadas ou termos pejorativos que possam desencadear um processo de construção de preconceito por parte dos discentes.

Ainda na perspectiva do Ensino Fundamental, como contribuição cinematográfica à questão da diversidade dentro do ambiente escolar, vale citar a produção denominada “Bruno”

(1999), na qual o personagem principal, um menino de aproximadamente seis anos, é constantemente vítima de seus colegas, porque gosta de usar vestidos.

Há toda uma temática que permeia a construção desse personagem (que não possui figura paterna em casa, pois seus pais são separados): sua mãe é costureira e é ele quem a ajuda, tanto na elaboração dos vestuários, quanto no estabelecimento da “qualidade” das roupas que ela faz.

No entanto, a escola em que ele está inserido, não sabe como lidar com tais questões e sempre recorre a sua mãe, que nada resolve, pois é protetora do menino.

A história de Bruno nos leva a pensar como podem ser feitas avaliações, indagações a respeito de determinados sujeitos e suas práticas, sem conhecermos os seus contextos e suas realidades.

Ao retomarmos a questão das revistas educacionais, temos ainda publicações que nos trazem pesquisas e o que há de mais novo em termos da discussão sobre a teoria *Queer* no contexto escolar. Já as revistas voltadas para o público de 5ª a 8ª série mostram a postura de escolas e professores num outro contexto.

Ainda em relação ao cinema e o contexto do Ensino Médio, há que considerar a obra “Get Real” (1998), traduzida para o português como “Saindo do Armário”, que conta a história de um adolescente indeciso quanto a sua sexualidade e inserido numa escola que não aborda tais questionamentos.

Ele tem de lidar consigo e sua imprecisão de sentimentos, aliados ao seu relacionamento com os colegas que não o ajudam e o estereotipam, até sua evasão escolar. Depois de descoberta a sua sexualidade e promovido seu próprio bem-estar, o personagem retorna à escola e se assume frente ao colégio e à família.

Cabe aqui considerar que tais manifestações, tanto do primeiro filme, quanto do segundo, e seus respectivos posicionamentos perante as duas situações, nos mostram como a escola exclui e estigmatiza o aluno, fazendo desabrochar nele as chagas da educação.

CAPÍTULO III

3.1 Da parte prática do discurso contra os homossexuais dentro do contexto escolar

Foram realizadas durante o ano de 2008 entrevistas com público GLBT, para demonstrar, não somente pela teoria, mas pela prática desses seres humanos, como a escola deixou marcas em seus corpos e, em alguns deles, feridas incuráveis até os dias de hoje.

As entrevistas foram realizadas no Grupo Renascer, uma organização não-governamental de auxílio ao público GLBT, na cidade de Ponta Grossa. O Grupo Renascer atende desde 2000, quando foi criado.

O Grupo Renascer não possui fins lucrativos, somente a assistente social é remunerada. Os demais integrantes da Ong são estagiários e voluntários.

A Ong tem a participação de 12 voluntários, 3 colaboradores, um dos quais o Grupo GETE (Grupo de Estudos Territoriais) da Universidade Estadual de Ponta Grossa e de um grupo de estagiários, alguns destes alunos de graduação que desenvolvem pesquisas na área de gênero.

Os nomes que serão citados são, em sua maioria, fictícios, porém alguns entrevistados consideraram importante terem retratadas as suas histórias nessas páginas que se seguirão e utilizaram seus nomes verdadeiros.

Os entrevistados, em sua maioria, identificam-se sob a classificação de GLBT, de travestis, porém vale ressaltar que esses seres, quando dentro do espaço escolar durante o Ensino Fundamental e Médio, identificavam-se a partir da identidade biológica masculina.

Os 7 entrevistados possuem escolaridade, em sua maioria, de Ensino Fundamental, no entanto, há os que concluíram o ensino médio também. A idade deles varia entre 25 e 45 anos.

As entrevistas seguem o modelo de entrevista semi-estruturada por entender que, “ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Um fator que chamou atenção durante a realização das entrevistas foi o semblante do entrevistado, muitas vezes sofrido, ao compartilhar tais experiências. Muitas falavam o mínimo possível. Mas à medida que a conversa avançava, revelações iam sendo feitas e as cascas das feridas eram novamente arrancadas.

Também foram feitas coletas de imagens em banheiros por entender que “o domínio da imagem é mais forte que o poder da palavra. Certas imagens são mais fortes que palavras e nos levam a recordar os mesmo fatos e nos despertam sentimentos semelhantes” (MARTELLI, 2003, p. 6).

Dessa forma, tanto o uso das imagens, quanto a transcrição das entrevistas se tornam fatores extremamente importantes do ponto de vista empírico frente aos questionamentos levantados durante a pesquisa.

No entanto, a utilização da prática de campo também foi utilizada por se fazer necessário o relato das experiências encontradas dentro de sala de aula e demonstrar por meio de fatos que ocorrem atualmente em sala de aula, os processos discriminatórios, de preconceito e segregação que esta pesquisa se propôs descrever.

3.2 A escola e os seus processos de segregação: linguagem verbal e não-verbal

A linguagem se configura como um dos fatores mais vexativos dentro do ambiente escolar. Muitas vezes, pior do que a agressões físicas são as práticas adotadas por professores, alunos e até mesmo funcionários ao utilizar a linguagem como arma de discriminação.

Dentre os mecanismos de exclusão por meio da linguagem encontrados em sala de aula podemos citar as piadas que constroem o homossexual, comumente proferidas por professores, colegas de sala, dentre outros.

Para esses seres humanos, feridos e segregados, a exclusão ou a evasão escolar são “escolhas” obrigatórias a que eles têm de se submeter. Quando perguntados sobre de que forma sofriam preconceito dentro de sala de aula, alguns atentaram para o fato de essa ser a forma mais importante de preconceito em sala de aula, como se pode notar pela declaração de Ricardo:

L: E, você já sofreu algum preconceito na escola?

R: Já.

L: E, como que foi esse preconceito?

R: Era assim, tipo, piadinha, dos colegas, essas coisas!

A questão a ser levada em consideração é de que essas “piadinhas” ferem o ser humano, provocando uma baixa auto-estima tamanha que o ser que ali se encontra, sendo vítima de preconceito, tendo sua vida exposta, começa a enxergar a escola como um lugar em que ele não se sente confortável e aceito e, num futuro próximo, um local de onde ele querará evadir.

Há alguns que vão além das piadinhas. Quando a mesma pergunta foi realizada a outro entrevistado, recebemos uma resposta um pouco diversa do que apenas as “piadinhas”, como nos mostra esse trecho da entrevista da Giovana:

L: Você sofre algum preconceito na escola?

G: Sim.

L: E como que era esse preconceito?

G: Ah é, é, muito sarro, tiravam sarro de mim, é, coisas, caçoavam.

O mecanismo de defesa encontrado por Giovana foi *acostumar-se* às piadinhas e demais atos que sofria dentro de sala de aula, como se pode notar em suas próprias palavras: “No começo eu não gostava, mas depois até deixei, fui levando, deixei, enche o saco”.

Sob nenhuma forma um ser humano deve chegar ao conformismo como forma de defesa. Não se propõe aqui enfrentamento ou combate violento, porém permitir que tais práticas sejam realizadas apenas contribui para que mais sujeitos o façam.

A continuar pela enumeração dos atos de preconceito sofridos pelos homossexuais em sala de aula, temos a reação reativa (faz que aceita, mas não aceita). Uma outra entrevistada atenta para esse fato quando demonstra o preconceito sofrido por meio da linguagem não verbal.

Primeiro, perguntei a ela se ela já havia sofrido alguma discriminação dentro do espaço escolar e sua resposta foi “Não! Graças a Deus nunca passei por isso!”. No desenrolar da entrevista, Denise foi me revelando algumas situações em que ela própria não havia se dado conta da discriminação que sofreu, como se pode ver no trecho a seguir:

L: E como que as pessoas olhavam pra você?

D: Quando olhavam pra mim, assim, ó? Se olhavam pra mim, pensavam alguma coisa não me falavam, né?! Pra não quere me ofende, né?!

L: Uhum.

D: Mas eu percebia, né?!Que olhavam assim, já... Uma outra, tipo de comentário.

O pior dos preconceitos é o preconceito descrito por Denise. Quando se pensa que tudo corre bem, que as pessoas não têm nada contra a sua identidade, surgem manifestações como essas que, pelos olhos de quem as recebe, torna-se amedrontador.

A escola, nesse tipo de preconceito, esquiva-se de ajudar o aluno “dominado”, muitas vezes pelo fato de o próprio aluno temer que aconteçam situações piores se compartilharem tais questões com a direção da escola.

3.3 Segregação da repressão: dores e angústias

Dando seqüência à elucidação dos atos discriminatórios dentro do ambiente escolar, temos a angustiante e dolorosa repressão do sistema quanto aos homossexuais. Não somente os alunos podem chegar a reprimir um aluno em suas expressões identitárias, mas também a supervisão escolar pode fazê-lo.

Esses dois casos emergiram das entrevistas de Paloma e Fernanda, ambas reprimidas dentro do estabelecimento de ensino, repressão essa que lhes causou profundas dores enquanto desenvolviam sua cidadania e estabeleciam-se como seres humanos.

Paloma, a primeira de que venho tratar aqui, cedeu-me a entrevista com semblante sofrido, magoado. Sua participação nessa pesquisa configura a essencial denúncia dessa “minoría”, que tanto sofre frente as perturbações por que passam dentro do ambiente escolar.

Paloma é um dos muitos casos em que o ser discriminado opta pela saída do âmbito escolar, por não ver mais saídas quanto à sua presença dentro de tal instituição. Ao conferir o relato de Paloma, temos:

L: Você já sofreu algum preconceito na escola?

P: Uhum, por isso que eu parei de estudar

L: Em que série você parou de estudar mesmo?

P: Primeiro do segundo grau

L: Primeiro do segundo grau

L: E como que era esse preconceito na escola?

P: Ah, eles queriam Agredir. É... Esperava eu saí pra bate né? Queria agredi mesmo!

Como se pode notar pela fala de Paloma, as sensações e as marcas que atravessam o seu corpo tendo essa agressividade como forma de preconceito é bem explicada por Silveira e Furlan (2003 apud MACHADO, 1979, p. xii) na teoria sobre o poder:

O poder intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos- o seu corpo- e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro poder ou sub-poder.

A história de Fernanda não fica muito distante da de Paloma. Fernanda é uma das exceções pelo fato de ter terminado o Ensino Médio. Porém, foi impedida pela diretora da instituição de comparecer à festa de formatura na identidade que a identificava, travesti.

Quando perguntada se já havia sofrido preconceito dentro do espaço escolar, Fernanda desabafou:

L: Ta. E, você já sofreu algum preconceito dentro da escola?

F: Na minha época, que eu tirei meu curso, que eu tirei o segundo grau, em 1979, no Colégio Comercial aqui de Ponta Grossa, a diretora, ela era homossexual como eu,

mas ela não admitia, então na minha formatura eu fui proibida de ir, né?! Porque ela não admitia travesti dentro do colégio. Então, aquele, aquele; já vinha desde a diretoria do colégio; não era uma perseguição assim, de me persegui, mas era uma coisa desagradável, né?!

Três observações podem ser realizadas a partir do relato de Fernanda.

A primeira delas se refere à época em que se deu determinado acontecimento, final dos anos 70. Obviamente que a configuração da sociedade variou bastante de lá pra cá, tendo em vista os quase 30 anos da data do evento. Porém, algumas posturas só foram remodeladas e não mudadas, devido a uma série de leis e outros fatores que permitem, hoje, que as pessoas vivam com dignidade.

O segundo se dá pelo fato de a própria diretora da escola também integrar a diversidade. No entanto, esse detalhe não atenuou o processo de discriminação e exclusão sofrido por Fernanda, que foi punida da forma mais cruel de todas, pela perseguição.

E a terceira é a própria perseguição. Fica subentendido que, pelo fato de a diretora estar na mesma condição de “minoría” de Fernanda, esta deveria auxiliá-la ou cuidar dela; para a época, o termo proteger não caberia aqui. Porém, ela desempenhou o papel da moral cívica, não se sensibilizando com tal situação.

O ato de caçar, fazer piadinhas, comentários de mau gosto, reprimir, agredir, dentre outras nomenclaturas negativas como estas, o Bullying constitui outra forma de preconceito.

O Bullying, segundo Lopes (2006, p. 60), “faz parte de um conjunto e atitudes que causam transtornos psicológicos a partir de uma relação desigual de poder entre vítima e agressor. A violência fica especificamente voltada ao insulto verbal, às ameaças e às deprecições”.

Lopes (2006) ainda menciona o fato de a escola ser conivente ou se omitir frente aos atos de Bullying dentro do espaço escolar. Por isso, o sistema educacional precisa dar apoio às vítimas de discriminação, preconceito e Bullying.

CAPÍTULO IV

3.1 O Bullying em suas atitudes mais drásticas

O Bullying escolar tem como principal elemento a perseguição de um indivíduo por um ou mais autores, os quais cometem atos repetitivos e intencionais, acuando, assim, o homossexual dentro do espaço escolar.

Uma das formas comumente encontradas em escola, principalmente nas públicas, é a demarcação, dentro do contexto de sala de aula, da localização de determinado elemento GLS, como se pode notar pela foto que segue:



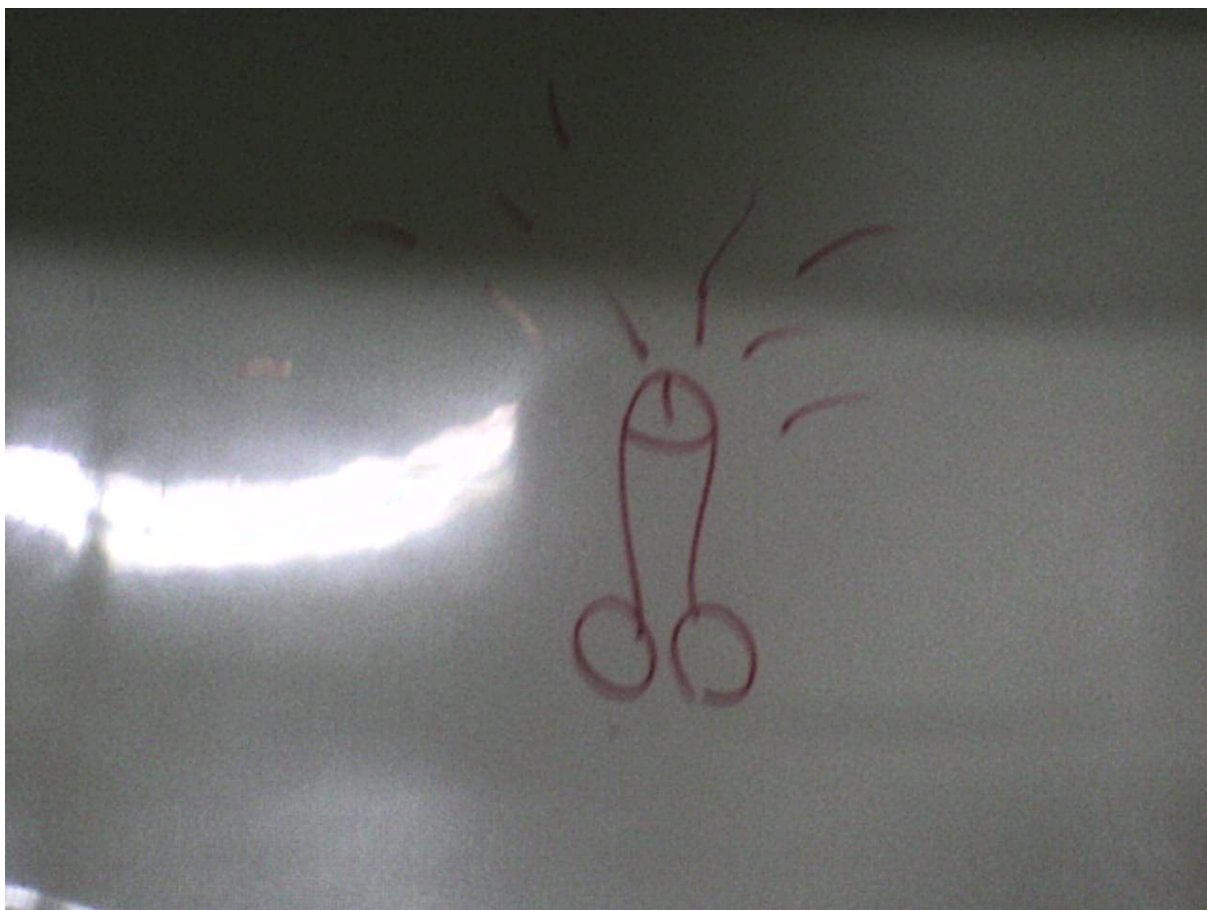
Esse tipo de atitude dentro de uma sala de aula constitui Bullying. Se o professor se permitir sair do seu pedestal e perambular pela sala de aula, ele certamente encontrará imagens como esta.

Na maioria das vezes, os professores até têm consciência da presença de um homossexual em sala de aula, no entanto ele arma-se com as mãos atadas aos olhos para não ver o que acontece com esse ser, tapa os seus ouvidos para não escutar eventuais chacotas e mantém a sua boca fechada no caso de alguma argumentação a respeito.

Atitudes como estas devem ser revistas e totalmente transformadas. Esse tempo em o professor passa fingindo que a vida é perfeita poderia ser dedicado ao trabalho com a Cultura de Paz, associado ao seu conhecimento de mundo e em atenção aos seus próprios atos.

O Bullying nas formas violentas como estas e outras já citadas “é um fenômeno histórico-social, construído em sociedade, que pode, portanto, ser desconstruído (MINAYO; SOUZA, 1997, p. 17)”.

Um outro exemplo típico referente ao Bullying pode ser visto, não somente nas mesas dos discriminados, mas também em seus assentos, como se vê:



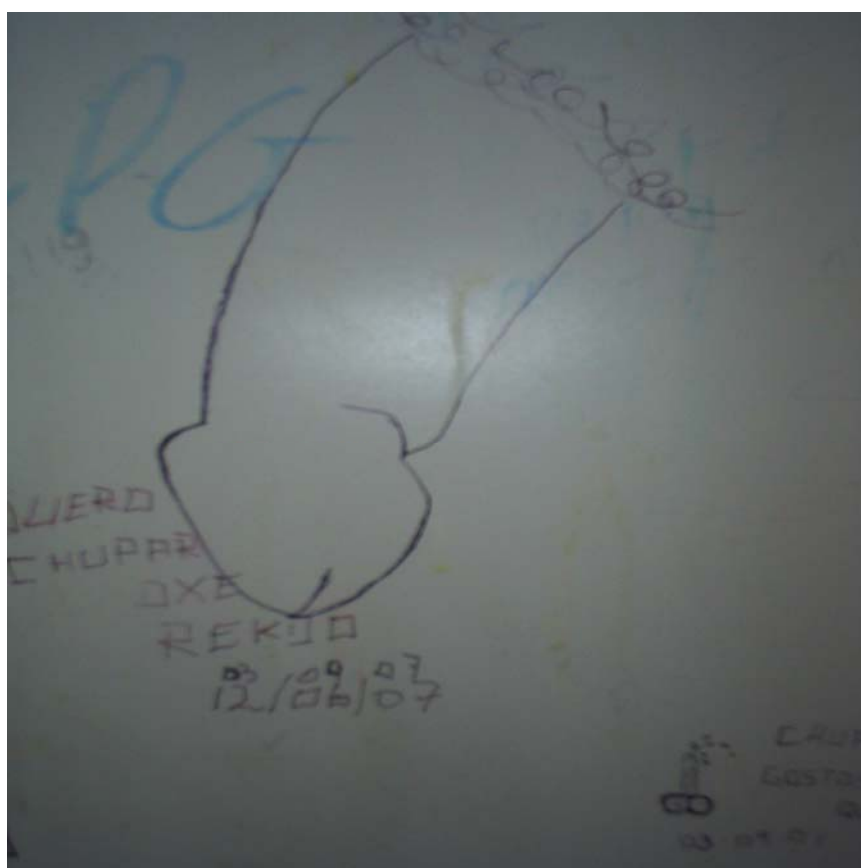
Essa prática de expor o homossexual ao ridículo e ao vexame precisa ser acalmada pelo diálogo realizado frente a questões de Orientação Sexual ou Diversidade Sexual. Em momento algum se deve deixar o sujeito subordinado ao preconceito sofrido no ambiente escolar, por mais tradicional que seja o estabelecimento.

Sendo assim, Muszkat (2005, p. 33) afirma que “O sentido da plasticidade leva-nos a uma reflexão profunda sobre a responsabilidade que têm a cultura, o meio e a educação na construção de organismos funcional e estruturalmente diferentes”.

4.2 O direito de ir ao banheiro

O banheiro é o espaço de socialização onde a masculinidade ou a feminilidade são exercidas. Dessa forma, o banheiro constitui um espaço em que aqueles que não expressam tais atitudes, a exemplo dos homens, como a idiossincrática masculinidade, são expostos a situações de risco nos banheiros de uma forma ou de outra.

Para exemplificar o caráter de masculinidade que é exercida dentro do ambiente do banheiro, observe:



Essas são as formas pelas quais os indivíduos do sexo masculino se assumem dentro do seu “ambiente”. Mas e o que isso tem a ver com a questão do trabalho com a diversidade ou, ainda, com a homossexualidade? Questões referentes à masculinidade perambulam nos

ambientes escolares e reafirmam-se nos banheiros. Os banheiros, dentro do espaço escolar, tornam-se tanto “promotores” dessa masculinização quanto põem em xeque a masculinidade do outro. O banheiro, em suma, serve de denúncia daquele que não corresponde ou desvia das normas, como é possível notar:

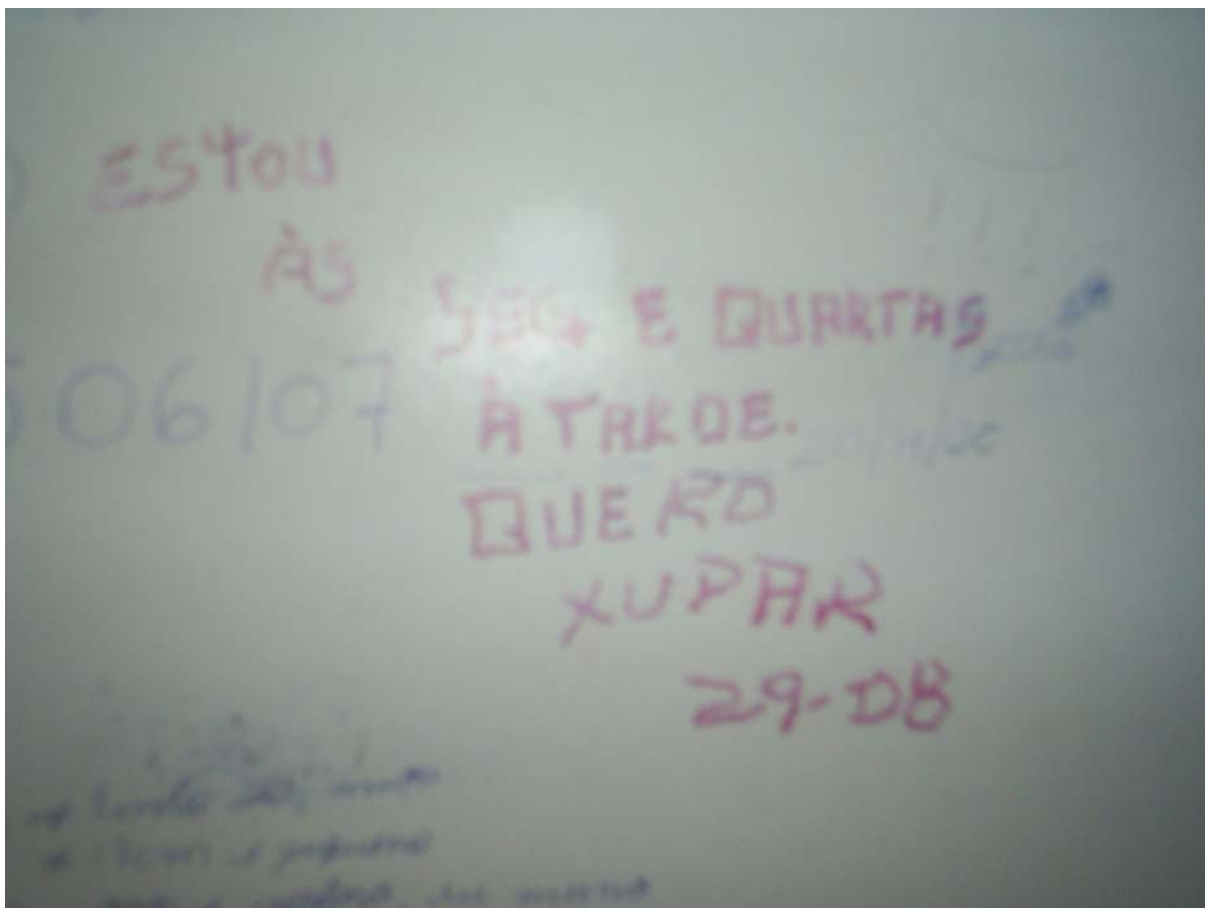


Na foto acima, temos um exemplo de denúncia de questões relacionadas à masculinidade dentro do ambiente escolar. Essa denúncia remonta ao fato de que, mesmo que o sujeito tenha o sexo masculino, ele pode ter traços ou características que o façam pender para o lado oposto ao que Darwin, em 1871, definiu como “pré-destinação” biológica.

Dessa forma, a homossexualidade aflora dentro de um ambiente preconceituoso, como a escola, que estanca as atividades do aluno e ainda divide os sexos e cobra deles uma postura quanto ao seu comportamento na sociedade.

A exemplo dessas manifestações de afloramento de tendência ligadas à homossexualidade, é possível exemplificar por meio desta outra gravura, retirada de um

banheiro público, como as demais, a tendência homossexual ou à homossexualidade enrustida, como se vê:



O anúncio acima demonstra como as relações de padrões de gêneros não se configuram tão normatizadas assim, dentro de uma sociedade hétero.

No entanto, o vislumbre de tais expressões, banheiros afora, serve para exemplificar bem como os valores morais pregados pela sociedade só funcionam para os elementos assumidos ou discriminados dentro do espaço escolar.

Essa discussão e apresentação dessas imagens todas foram levantadas para remeter ao que dizia Fernanda:

[...] é que nem, pra mim ir no banheiro era difícil, só ia em casa! Como que eu ia no banheiro no colégio? Nas mulher não tinha jeito porque as mulher reclamavam e os homi pior ainda [...] na época era terrível, hoje em dia já não! As pessoas se aceitam melhor.

Portanto, no que diferem os demais seres, dos seres que são expostos a essas questões morais? Enquanto as coisas estão por “baixo do pano”, tudo funciona na “normalidade”,

porém, quando se rasga a seda para o primeiro vôo da borboleta, os “caçadores” ou a aprisionam ou a matam, ou seja:

Segundo a opinião dos integrantes da maioria, os pertencentes à minoria, realizam os desejos proibidos dos primeiros e desta maneira tornam-se objeto de repulsa ou até de perseguição, ou melhor, tornam-se *bodes expiatórios*. Posições de bodes expiatórios são infligidas à minoria principalmente em campos proibidos à maioria (SCHRAM, 1977, p. 79).

4.3 Existe mesmo um Brasil sem homofobia?

Esse questionamento é ambíguo, mas tal ambigüidade foi causada propositadamente. Por um lado, existe um Brasil com uma homofobia alarmante e, por outro, existe um Brasil que combate essa homofobia. Abordarei cada um desses “países” separadamente.

Uma estatística sobre a homofobia no Brasil é que nos leva a uma extrema preocupação sobre o que está acontecendo na educação brasileira. Nesse sentido, subentende-se aqui o seguinte questionamento: a que se destina a educação em nosso país?

A educação, como já bem situada nessa discussão acerca da diversidade, serve de subsídio para que os futuros cidadãos convivam em harmonia numa sociedade dita “justa”. Promovendo um recorte no aspecto educacional brasileiro, para fins de conferência da situação de nossa educação, em nível de país, temos um aspecto negativo a considerar.

O Brasil, hoje, como já é sabido, tem um dos piores índices educacionais do mundo. A nossa realidade é permeada pelo excessivo acúmulo de problemas na educação que se refletem na formação de um povo.

Para exemplificar tais questões, o Panorama da Educação (*Education at a Glance*) publicado pela OECD – no Brasil, OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em 2008, e divulgado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em seu resumo técnico para o Ensino Superior, assinala que o “Brasil está se esforçando para melhorar seus baixos níveis de conclusão da educação terciária”.

Apesar de o foco desta pesquisa abranger a Educação Básica Brasileira, o dado acima serve apenas para demonstrar de que forma nossa educação é vista no cenário internacional. Dentre essas questões acerca de nossa educação, encontramos mais uma situação de extremo risco, a diversidade.

É de conhecimento de todos que as escolas, hoje, devem, obrigatoriamente, aceitar todos os tipos de cidadãos. Leis e mais leis vêm sendo elaboradas para o trabalho com os diversos biomas que ali se encontram.

Visto que a escola, em sua atualidade e totalidade, aceita os mais variados tipos de cidadãos, ela precisa buscar um mecanismo para que esses seres não entrem em conflito entre si. Desta forma, entram em trabalho ações pedagógicas que envolvem a nata escolar.

Dessa forma, focada na questão da diversidade, uma pesquisa realizada pela UNESCO, em 2004, e publicada com título *Juventudes e Sexualidade*, mostrou o nojento pus do preconceito que fede às escuras.

A pesquisa foi realizada nacionalmente, contemplou quatorze cidades brasileiras dos mais variados pontos do país e buscou retratar fatores ligados à sexualidade dos jovens em todos os seus aspectos.

O que nos cabe relatar aqui é a abordagem realizada pela pesquisa quanto ao mapeamento das questões pertinentes à sexualidade em si e o seu trabalho no processo educacional e a abordagem da diversidade.

No que se refere à sexualidade, Abramovay (2004, p. 298) é categórica ao relatar que: “Alguns diretores relataram que não existe um trabalho nas escolas para tratar sobre sexualidade. A conversa informal é umas das medidas adotadas por algumas escolas, em outras, a sexualidade é tema principalmente tratado nas aulas de ciências [...]”.

Dessa forma, pode-se observar que todo questionamento levantado até aqui se configura na afirmação e confirmação das estatísticas perante o trabalho com a sexualidade dentro do ambiente escolar.

No entanto, o trabalho com a sexualidade deve (aqui utilizo o verbo “deve”) ser trabalhada dentro do contexto escolar para que esses alunos possam lidar com o seu corpo de forma saudável.

Dentre as indagações da pesquisa sobre o papel da família nesse aspecto expositivo da sexualidade, afirma-se que a grande maioria não trata do assunto em casa. Em seu todo, espera-se, por parte do aluno, que a escola o auxilie promovendo alguma interação e não apenas informação acerca da sexualidade.

Se não visualizada essa opção por parte do discente, far-se-á uma série de implicaturas no que diz respeito às suas configurações em torno da sexualidade. O mais comumente será encontrar nos colegas ditos “mais experientes” as fontes de saber, muitas vezes deturpadas.

O ato de Bullying aparece num aspecto que nos chama atenção, segundo Abramovay: “As brincadeiras seriam recurso usado não somente por alunos, mas também por professores

para disfarçar comportamentos e estereótipos”. Nesse aspecto, volta-se a configuração dos estereótipos e marcações típicas do contexto e processo escolar.

Abordando a questão da homossexualidade nua e crua, muitas são as “denúncias” mencionadas por parte de todos. Diz-se de todos, porque discentes e docentes não estão separados, mas fazem parte das entrevistas que foram realizadas, as quais produziram resultados que nos arrepiam até a alma.

Abramovay abre o capítulo com a seguinte mensagem:

Privilegia-se, nessa seção, um tipo de violência pouco documentado quando se tem referência a escola, a homofobia, o tratamento preconceituoso, as discriminações sofridas por jovens tidos como homossexuais, sendo que, muitas vezes, os professores não apenas silenciam, mas colaboram ativamente na reprodução de tal violência (ABRAMOVAY, 2004, p. 277).

Dessa maneira, a autora não só elucida que essas questões não são trabalhadas nacionalmente, como também confirma a exposição da homossexualidade dentro do espaço escolar.

A autora ainda afirma que, questionando alunos sobre que tipo de pessoas eles não gostariam de ter como amigos, ¼ dos jovens indica o ser homossexual. O mesmo questionamento, agora estendido aos pais, obteve a mesma resposta: metade dos entrevistados disseram que não gostariam que seus filhos fossem amigos de homossexuais.

Se no contexto escolar, o ser homossexual é tão mal visto por pais de alunos, os próprios alunos e alguns professores, que opções esse aluno tem dentro do espaço escolar? Das inúmeras possibilidades negativas, o isolamento e o atentado por parte dos opressores seria a mais comum dentre todas.

No entanto, quando se expõe o não querer, o não gostar por parte do corpo técnico e pedagógico escolar, uma parcela que tem coragem de não ser hipócrita assume suas posições quanto à homossexualidade, tornando público e clara a sua não aceitação em respeito à diversidade.

A maioria dos preconceitos que têm professores e demais funcionários do processo escolar se dá às escuras ou em detrimento da invisibilidade de seus atos pelos outros. Essas questões dos preconceitos velados devem ser consideradas e policiadas por parte do corpo escolar.

Nessa configuração, tais posturas precisam ser mudadas, mas se encontradas dificuldades para tal ato nobre, pelo menos devem ser controladas, para que o papel da escola se cumpra e se permita ao homossexual ter liberdade de ser homossexual.

Em campo de estágio realizado em algumas escolas da cidade de Ponta Grossa, pôde-se observar que esse tipo de preconceito ocorre na forma mais simples possível. Como se todos fôssemos passíveis de concordar com tais atos.

Uma das experiências presenciadas ocorreu em uma turma de nível médio, noturno, no qual a professora, em meio a uma aula expositiva, encaixou uma piadinha, na qual o homossexual do sexo masculino era o alvo, constrangendo, para surpresa minha, a todos.

Crê-se que a maioria sabia do elemento homossexual que se encontrava dentre eles, com quem ninguém, até dado momento, se relacionava efetivamente, mas o grupo mantinha um respeito mútuo, preconizado nos Parâmetros. Dessa forma, só a professora conferiu riso à sua própria piada.

Vendo que as palavras proferidas não agradaram a todos e muito menos ao estagiário, a quem ela fitou a fim de tentar salvar-se antes de: “querer desaparecer ou tornar-se invisível”, ela virou-se ao quadro negro e um silêncio tomou o ambiente da sala de aula a ponto de ver que tais práticas ocorrem, sim.

Outra prática comumente já presenciada durante a exposição das questões de discriminação é a omissão dos professores quanto à postura dos alunos, como se pode perceber pelo diálogo da professora na pesquisa “Eles [os alunos] têm alguma reserva com um aluno [homossexual] que nós temos aqui. Então, às vezes, eles falam alguma coisinha, mas não para o aluno. Então a gente tenta chamar a atenção, mas não é nada tão grave, não”.

O último trecho proferido pela professora “mas não é nada tão grave não” é de suma importância para demonstrar, na fala de um membro do corpo docente, que tal prática, de comentários, piadinhas e demais categorias que se seguem, não deve ser considerada grave.

Todos esses posicionamentos precisam ser trabalhados em conjunto, com professores e alunos, para um melhor entendimento das questões homossexuais. Seria interessante propor em sala de aula que os alunos tanto do sexo masculino e feminino afirmassem como reagiriam se fossem questionados quanto a seus papéis de meninos e meninas, colocando-os na situação da diversidade.

Esta seria uma das experiências por que eles poderiam passar, para sentir quão desagradável pode ser não pertencer à maioria e ainda sofrer as conseqüências por isso. Se não concebidas essas oportunidades de troca de papéis perante os seres, segundo o estudo, “estabelece-se um círculo vicioso que colabora na reprodução de estigmas”. Sendo assim, a escola se torna retrógrada.

A autora ainda é categórica ao anunciar a posição de certos recintos escolares não saberem lidar com seus preconceitos e valores e reconhecerem esse fato. Sendo assim, surge,

em 2004 (no mesmo ano da publicação da pesquisa realizada pela UNESCO), o programa “Brasil Sem Homofobia” (BRASIL, MEC, 2004).

O programa “Brasil Sem Homofobia-Programa de Combate à Violência e a Discriminação Contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” surgiu no meio dessa guerra de valores que percorre nossos ambientes educacionais.

O programa surgiu no contexto de grande explosão do público GLS na sociedade brasileira. A cada ano, cada vez mais se firma a presença da “minorias” no contexto da “maiorias”.

Na realidade, essa “minorias” já é uma grande “maiorias” e se constitui com a sólida afirmação desse estilo de vida perante a sociedade. Ser gay nos dias de hoje não é mais ser o maloqueiro, o desviante ou o simples veado.

Ser gay, hoje em dia, é constituir sua identidade, legitimando-a. Portanto, essa legitimação da identidade gay no espaço escolar precisa ser encarada de forma que essa afirmação não seja “desafirmada” pelos demais.

Cada um tem o direito de constituir-se como quiser e todos estarão dispostos à igualdade prevista na Constituição Nacional de 1988, sendo gay ou não.

Com base nessas afirmações e questionamentos sobre como lidar com esse público emergente na sociedade brasileira, surge o Brasil Sem Homofobia, que sustenta, já em sua introdução, que:

Um dos objetivos centrais desse programa é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos. Buscamos a atitude positiva de sermos firmes e sinceros e não aceitarmos nenhum ato de discriminação e adotarmos um “não à violência” como bandeira de luta (BRASIL, 2004).

Dessa forma, o programa tem sólida constituição sobre a questão da mudança de postura dos ambientes escolares para que o trabalho com essa parcela da população não se torne conflitante como se observa nos tempos atuais e incumbe “o combate à homofobia e a promoção dos direitos dos homossexuais um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira”.

No entanto, passados quatro anos da criação do programa Brasil Sem Homofobia, pouco se tem observado em questões referentes à mudança de postura dos estabelecimentos de ensino. O programa, em sua distribuição, contém erros de percurso no que diz respeito à sua divulgação.

No contexto de sua divulgação, foi realizada a tiragem de somente 500 exemplares, quantidade inferior ao número de escolas existentes num país tão grande como o Brasil.

Esse tipo de erro de percurso fere toda a ideologia do programa no que se refere ao trabalho com a diversidade, que não chega aos destinos a que deveria chegar. Obviamente que se previa que toda escola conhecesse o referido programa, no entanto, muitas escolas desconhecem o projeto.

Por si só, o não conhecimento do programa já acarreta aquele movimento cíclico comentado e exposto também por Abramovay (2004, p. 291), que faz com que o “andar a passos de tartaruga” quase pare de vez.

No entanto, as escolas ainda continuam sem um programa que promova a discussão sobre determinados temas que contemplem a diversidade. O programa Brasil Sem Homofobia veio à tona para acalantar a “guerra fria” que se estendia até a publicação da referida pesquisa da UNESCO sobre a sexualidade dos jovens no nosso país e até mesmo do programa em si.

O programa Brasil Sem Homofobia visa trabalhar com as questões da adversidade em seu sentido amplo, possibilitando inúmeras aberturas de portas para o enfrentamento da homofobia no espaço escolar e “construindo uma verdadeira cultura de paz”.

O programa ainda cita a própria pesquisa da UNESCO, aqui trabalhada de forma a elucidar os questionamentos que precisam ser olhados de forma especial e cautelosa.

Nos relatos coletados nas entrevistas realizadas na Ong Renascer, na cidade de Ponta Grossa, quando questionados a respeito da postura da escola na atualidade encontramos diversos depoimentos que elucidam o “passo da tartaruga”.

Começamos pela entrevista da Giovana, sobre tais questionamentos. Giovana faz um paralelo da escola antes, em sua época, e atualmente:

L: E a escola que você estudou tinha alguma discussão quanto à homossexualidade ou coisa assim?

G: Na época que eu tava estudando... Não faziam essa discussão

L: Não?!

G: Sobre isso

L: E o que que você acha que melhorou hoje em dia?

G: Hoje? Pior que hoje em dia eu não sei (risos)

L: Você acha que a cabeça das pessoas está mais aberta hoje em dia?

G: Ta abrindo aos poucos sim, mas... Ainda não é totalmente.

A postura de Giovana ao relatar que “mas ainda não é totalmente” remete ao fato já colocado de atitudes que ainda estão engessadas e não estão passíveis de mudança, conforme a fala daquela professora de que comentários e risadinhas sobre o aluno homossexual eram irrelevantes.

Em relação à mesma pergunta, Paloma também vê algumas melhoras, porém delata algumas atitudes que transpassam o ambiente escolar, como as que se realizam no ato da saída da escola:

L: E, você acha que a escola melhorou hoje, essa postura quanto à homossexualidade?

P: Alguma escola melhorou

L: Uhum...

P: Mas é, tem pessoas que também, né, melhoraram, mas tem pessoas que ainda têm o preconceito

L: Uhum...

P: Tanto que se você pega ônibus com pessoas que tá vindo da escola ou tá indo, tem pessoas que ficam olhando, dando risada, tá saindo da escola e já com preconceito, já, mas nem todos, né?!

Paloma mais uma vez nos mostra a importância do trabalho com questões como a da Cultura de Paz, que precisa ser trabalhada dentro do ambiente escolar, aliada a uma reflexão sobre a diversidade e suas identidades. Somente dessa forma, atos singelos, porém não menos conflitantes como este, seriam amenizados.

No entanto, na visão de Fernanda, somente o trabalho com a diversidade não basta para que se alcance o tão sonhado respeito mútuo e valorização do ser homossexual dentro do âmbito escolar:

L: Você acredita que a escola mudou um pouquinho?

F: Eu acho que hoje em dia é aquela coisa assim, você tem que ter a coragem de enfrentar, que nem eu enfrentei, tanto no primeiro, segundo grau, ou mesmo dentro de uma universidade, você tem que ter a vontade de ser alguém.

L: Uhum...

F: Né?! Porque inteligente, todos nós somos, né?! Então a gente tem que demonstrar isso. A gente que é feito, né?! A gente tem que enfrenta, né?!"

Fernanda nos mostra uma coisa importante e comumente não encontrada nas pesquisas. A valorização do ser humano e a capacidade que todos nós temos de ser alguém um dia. O homossexual, portanto, como qualquer pessoa, tem vontade de ser alguém e possui inteligência assim como os demais. Essa afirmação da identidade recai no mecanismo de defesa utilizado por seres discriminados e preconceituados na busca por uma igualdade literal.

Não generalizando todas as instituições de ensino, há casos em que a mudança já acontece e é visível, permitindo demonstrar que a mudança é possível, quando bem quista para um conforto esse público GLS, como se pode notar na entrevista de Denise:

L: E, você acha que a escola mudou a postura dela, com relação à homossexualidade?

D: Acho que mudou

L: Mudou?! Pra melhor ou pra pior?

D: Pra melhor porque, o ano passado eu comecei a fazer o primeiro do segundo, né?! Que eu desisti; então, quando eu fiz a minha matrícula a orientadora perguntou pra mim se eu queria que chamasse eu pelo meu nome ou pelo nome de mulher, então eu falei, me chame de Denise; daí já coloco, passou na sala que eu ia estudar ela já passou avisando todo mundo, ó, vai entrar uma pessoa assim, assim, assim, assado e ela vai se chamar por Denise, e todo mundo me chamava.”

Denise deixa claro que a respeitabilidade da diferença pode acontecer se bem trabalhadas essas questões dentro do espaço em que o ser homossexual está ou será inserido. A fala de Denise é confirmada pelo relato de Ricardo:

L: E, você acredita que a escola mudou um pouquinho, nesse aspecto?

R: Eu acho que mudou, hoje mudou. E tem, travestis que estudam e, tem professores que chamam pelo nome mesmo, de travesti mesmo

L: Uhum

R: Da pessoa.

Como se pode perceber, o trabalho com a diversidade, com o homossexual em sala de aula “não é um bicho de sete cabeças”, como diz Giovana. É possível, só basta querer.

Um outro ponto levantado pelo programa Brasil Sem Homofobia é “a capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa dos direitos humanos”.

Nesse ponto, a capacitação de profissionais da educação para o trabalho não só com a questão da diversidade, mas também com as questões de orientação sexual são de muita importância pelo fato de, sendo o professor o mediador no processo de discussão, ele precisa ter uma visão ampla e alheia aos seus conflitos internos.

Sobre essas questões, quando foi realizada a pergunta aos entrevistados sobre os profissionais da educação e o trabalho com a sexualidade, vários foram os apontamentos a serem considerados aqui.

Giovana, quando questionada sobre os professores, diz:

L: E você acha que o professor hoje em dia sabe lidar com essa questão na escola?

G: Acredito que... Acredito que ainda não.

L: Por quê?

G: Precisa mais. Não sei, acho que eles não tão ainda.

Giovana ainda não crê na adequação da postura dos professores em trabalhar com temas que envolvem a sexualidade, tanto que ela não define o que “eles não tão ainda”. Já Paloma define mais sua opinião quando nos diz:

L: E, você acha que os professores sabem lidar com o tema na escola? Sobre a homossexualidade, quando é abordado?

P: Alguns sabe, alguns não.

Paloma já atenta para o fato de mesmo que alguns professores ainda não tenham tanta segurança, ou vontade, para o trabalho com as questões sobre diversidade no espaço escolar, há os poucos que fazem a diferença.

Quando os entrevistados foram questionados sobre que sugestões eles dariam para contribuir com o trabalho sobre questões ligadas à sexualidade, como orientação, preferência sexual e, principalmente, homossexualidade, várias foram os apontamentos que devem aqui ser considerados.

Paloma, quando questionada sobre uma possível mudança ou amenização do processo de preconceito e discriminação, disse:

L: E o que você acha que poderia ser feito pra mudar esse preconceito dentro da escola?Pra diminuí ou tirar o preconceito.

P: Ah, o que você ta fazendo já diminui já, por que daí eles vêem que né?!

A resposta de Paloma só vem a contribuir para o fato de tornar importante a realização de mais pesquisas para melhor compreender e poder, assim, intervir nas situações de conflito quando dentro do espaço escolar e como bem explicitou Abramovay, na pouca atenção dada ao tema.

Mas quando questionada sobre como Paloma agiria no combate à homofobia dentro do espaço escolar, ela é categórica:

P: Como que eu agiria?

L: É!

P: Ai, dando palestras, falando que não é assim, né?! Explicando. Acho que é um começo, né?!

L: Palestra direcionada pra quem? Pro professor? Pro aluno?

P: Pra todos, né?!

L: Pra todos?

P: Seria, nossa, seria ótimo!

Paloma vê a importância do informe não somente aos professores, mas aos alunos, pais e comunidade em geral. Soma-se à opinião de Paloma o relato de Denise:

L: E o que você acha que pode ser feito hoje em dia pra ameniza o preconceito, pra diminuí?

D: Ai, muita coisa, né?!
L: Tipo o quê?
D: Eu num sei fala tipo o que, mas, ai, tem muita coisa, sim, que o preconceito não precisa mais, não sei como explica, não!
L: Se você tivesse na escola hoje de novo, o que você faria pra diminuir ou pra acabar com o preconceito?
D: Hum, briga eu não iria né?! Porque não adianta (risos), mas aí, eu ia fazer de tudo pra entender né?! A opção da gente, né?!
L: Uhum.
D: O que a gente é, né?! O que é ser, fazer de tudo pra entenderem, né?!
L: Uhum.
D: Mas, acho que cada cabeça uma sentença, né?!

A contribuição de Denise para as questões sobre homossexualidade dentro do ambiente escolar ajuda a caracterizar, como segundo passo, o relato de Paloma. Primeiro informarmos, para depois podermos refletir sobre a constituição daquele ser “diferente”.

Frente a essa reflexão sobre a questão da homossexualidade e do público GLS dentro do espaço escolar Fernanda admite:

“L: E você tem alguma sugestão pra que mudasse a escola, tipo discussões?
F: Eu acho que, as escolas, porque, homossexualismo, a sexualidade não é uma coisa que é discutida dentro das escolas. Eu acho que deveria, do jeito que nós estamos já no segundo milênio, é um assunto que tem que ser muito discutido, tem que ser muito aceito.
L: Uhum.
F: Porque hoje em dia, tem muitos que tem vergonha e desistem
L: Uhum.
F: Às vezes não tem coragem de enfrenta o público, as dificuldades, a gente tem que ser alguma coisa, ser alguém na via, né?!”

O relato dos entrevistados sugere que a escola mude realmente. Estes torcem para que essas mudanças aconteçam, para que as gerações futuras não tenham que passar pelo processo de discriminação a que elas foram submetidas.

Fernanda defende a idéia de ser inaceitável “em pleno segundo milênio” que a sexualidade não seja assunto do espaço escolar. E nada mais do que o relato de Giovana para enfatizar a importância desse contato entre a escola e o público GLS:

L: E você tem alguma sugestão ainda, da palestra, do que poderia ser feito pra mudar essa questão dentro da escola?
G: Hum... Acho que a sugestão seria, tipo, os próprios travestis né? Eles mesmos irem e falarem como que é o mundo travesti.
L: Uhum.
G: Essa coisa de mutila o corpo, e tipo, o preconceito, mostra, mostra a realidade né? Eles mesmos têm que ir e mostrar aos professores e aos alunos em si.

Giovana configura a hipótese de os homossexuais, bem como as demais categorizações dentro da sigla GLBTT, adentrarem o espaço escolar com o objetivo de trabalhar, eles mesmos com essas questões de diversidade.

A capacitação de professores ajuda no processo de entendimento da homossexualidade e no entendimento do dualismo escola/preconceito, no entanto, o relato dos próprios seres pode ser uma forma mais impactante no percebimento de que tal preconceito afeta a identidade daquele cidadão que, perante a lei, é igual a todos.

O relato de Giovana enfatiza a questão travesti. Como já mencionado, a maioria dos entrevistados são travestis hoje em dia, e isso gera o discurso voltado pras questões travestis, como no caso de Giovana, o que não deixa de ser uma presença importante dentro dos relatos.

Ricardo, porém, vai mais adiante quanto a todos os posicionamentos aqui colocados:

L: Você teria alguma sugestão pra acrescenta á escola, pra muda um pouco mais?

R: Não... [pensando] Não tenho sugestões.

L: Conscientizá pais, professores...

R: Seria uma boa, na verdade.

L: Uhum.

R: Pai, principalmente pais.

Ricardo toca numa questão importante quanto às discussões até aqui levantadas: os pais. Os pais devem ser incluídos nesse processo de conscientização e sensibilização. Uso o verbo “dever” ao invés de “precisar” pelo fato de que é obrigação dos pais saber lidar com a sexualidade de seus filhos e permitir que a identidade deles não seja abalada.

Fernanda, quando entrevistada na posição de profissional atuante na Ong encerra com prioridade a questão dos pais

L: E, quais os problemas que você acha que, a instituição escolar pode mudar? Que pode ser resolvido?

F: Eu acho assim, que os professores deviam, é... Eles deviam, entre eles próprios, entre os pais... Em primeiro lugar, os professores tinha que orienta os pais pra sabe lida com a sexualidade da gente, né?!

L: Uhum.

F: Filhos, né?!

Portanto, o trabalho deve ser estendido, não se limitando somente à discussão da sexualidade e da homossexualidade dentro de uma sala de aula, com um determinado grupo, mas sim, com abrangência ao maior número de pessoas para que essas questões encontradas nos discursos desses sujeitos possam ser visualizadas de forma positiva.

No que diz respeito ao trabalho com a população GLS em sala de aula, do ponto de vista dos professores, Regina Rosa, assistente social da Ong Renascer e atuante como profissional que faz a capacitação dos professores junto ao Núcleo de Educação afirma :

R: Então a gente tem é... posso dizer assim que, é, um... Tem resultado satisfatório, só que eu penso assim, que se não tivesse essa coisa, teria uma população muito preconceituosa e não. Eles estão receosos, eles querem saber, eles querem ajudar, a gente vê que eles querem ajuda essa população homossexual.

Dessa forma, percebe-se que os professores estão buscando informações para o trabalho com os homossexuais dentro do contexto escolar e, de acordo com o programa Brasil Sem Homofobia, em seu programa de ações determina “ampliar o repasse de informações sobre o tema e, sobretudo, sensibilizar a sociedade brasileira para uma cultura de paz e de não- violência e da não- discriminação contra homossexuais”.

Regina Rosa, profissional que está habilitada para o trabalho com a capacitação de professores, toca muito nesse ponto da sensibilização e julga ser importantíssimo tal ato de estar sensibilizado, pelo fato de, se isso não ocorrer, só ocorrerá a teoria sem a prática e as experiências dos sujeitos.

4.4 O programa Brasil sem homofobia e a capacitação de professores: uma luz no fim do túnel.

O programa Brasil Sem Homofobia, em toda a sua abrangência, aborda um aspecto relevante de suma importância quanto à mudança de postura da sociedade: os livros didáticos.

Os livros didáticos ainda detêm a caracterização estereotipada e estancada dos gêneros, declarando que haja somente dois, o masculino e o feminino, quando esses, na realidade, se configuram na determinação dos sexos.

Dessa forma, o programa visa “formar equipes multidisciplinares para a avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e superação da homofobia”.

Sendo assim, torna-se relevante que sejam adaptadas, enquanto não ocorrem tais mudanças, por parte do professor, as questões de orientação sexual e sexualidade, apresentando tais ramificações.

O programa Brasil Sem Homofobia explana um panorama geral sobre as questões referentes à diversidade sexual e o possível enfrentamento pelo ambiente escolar, da

homofobia. No entanto, não dá diretrizes e nem condições para iniciar um trabalho de prevenção aos atos discriminatórios e preconceituosos.

Nesse contexto, as capacitações devem ser entendidas como um processo de questão fundamental no que tange à homofobia inserida na cultura escolar. De forma, que o programa não dá conta de tal assistência, procurar-se-ão instrumentos pelos quais se possa orientar para tais encaminhamentos.

Esse meio pelo qual ocorrem as capacitações não visam somente ao alcance da escola pública, mas sim de instituições privadas que também devem estar entre as que possuam professores habilitados para o trabalho com a sexualidade.

Dessa forma Regina explica que:

[...] da privada a gente não teve contato ainda, mas o que eu achei interessante, é que tem muitos professores da rede pública que também dá aula na rede privada, né?! Então, é... É uma rede! É uma rede que a gente vai tricotando e vai montando dentro desse.

A maioria dos professores que atua no ensino privado atua na escola pública, desse modo, os que já pertencem ao ensino público levam o conhecimento adquirido ao ensino privado.

E quando questionada sobre a atenção que os professores estão dando em relação a essas capacitações, ela explicita:

L: Então, os professores tão fazendo a procura já?

R: Tão fazendo a procura, porque daí, através do núcleo regional de educação, que foi montado esses treinamentos, em parceria com a coordenação.

Quando questionada a respeito da imposição dos referidos núcleos de educação, Regina menciona o fato de que “não foi uma imposição; eles determinaram, mas eles não sentiram como uma imposição... Porque já era uma inquietação que os professores tinham”.

Se os professores já estão começando a aflorar suas inquietações frente a esse público inserido em sua sala de aula, pode-se notar que a abrangência da questão é relevante e não apenas um “levantar bandeira”, como muito foi comentado.

No entanto, as capacitações relacionam mais situações do que apenas o homossexual em si. É um procedimento no qual são levantadas e relatadas diversas situações. Regina conta um pouco sobre como acontecem as capacitações para professores:

L: E essa capacitação de professores, como é que funciona, vocês estão dando cursos, como é que ta acontecendo?

R: É... Funciona conforme a agenda da coordenação do núcleo regional de educação, daí conforme a agenda deles, eles solicitam pra mim, que daí eu vô e faço a capacitação.

L: E como que é essa capacitação?

R: É um treinamento junto com os professores, né?! O dia todo, e daí ali eu levo, uma oficina de trabalho de estímulo com os grupos, né?! Eu faço assim, um material que eu levo que fala sobre sexualidade, falo assim, desde assim, a adolescência, sabe?! A infância a questão de se descobrir, a questão até mesmo assim, dos sonhos, né?! Então tudo isso eu vo falando até a questão da Homofobia... Até chega na questão do preconceito, da homofobia, sabe?! Então você veja, até chega nessa parte eu vo contando esse trajeto.

Mas a maior indagação a ser discutida é a participação dos professores do sexo masculino, que promovem as maiores atrocidades realizadas quando em se falando de preconceito e situações vexativas. Regina relata a presença do sexo masculino e a forma como se dá nesse trecho:

L: E a maioria, maioria são de mulheres ou homens?

R: Mulheres. Daí nessa, essa última oficina que eu dei, tinha uns dois, três homens

L: E como que é a capacitação deles?

R: Nossa! É assim... É isso que eu tava comentando... Nós sentia assim, é... Era mais curiosidade... Tipo, aconteceu comigo tal coisa, é assim, assim, assado, eu agi assim, me preocupo porque é... Eu não sabia como lidar com isso, sabe?! É esse tipo de tipo de dúvida e dificuldade que elas têm, claro, tem muitos que vem com preconceito... É um ser humano, não tem como.

Dessa maneira, pode-se observar que a presença de professores do sexo masculino ainda é pequena, mas tais questionamentos sobre comportamentos e atitudes estão chegando a esses professores e eles estão buscando auxílio nas capacitações.

Quando não há o auxílio ou a oferta de cursos de capacitações de professores com a presença de profissionais que já tenha certa experiência com o público GLS, podem-se buscar outros meios, como programas desenvolvidos por Ongs, que orientem sobre como abordar tais assuntos.

É o caso, por exemplo, de um guia, distribuído pelo Grupo Dignidade, uma organização não governamental, pioneira na área da promoção da cidadania GLBTT no estado do Paraná, com sede em Curitiba (CURITIBA, 2007).

O guia intitulado “Educar Para a Diversidade - Um Guia para Professores sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero”, promove importantes apontamentos frente ao papel da instituição escolar e seus meios de segregação, discutindo as relações de gênero e sanando dúvidas referentes a situações reais encontradas em sala de aula.

Um dos elementos mais importantes que constituem o guia é a dinâmica disponibilizada aos professores, as quais podem simular situações em sala de aula no contexto

de se viver o lado da diversidade, de encarar o papel do outro e sentir as suas conseqüências, como se pode notar a esse exemplo do Jogo EU/ EU NÃO:

Objetivo: Experimentar as diferentes nuances de se pertencer a uma maioria ou minoria. Descobrir diferenças e semelhanças.

Nota: Através deste jogo, os participantes poderão viver por instantes a situação de lésbicas, gays e bissexuais que escondem uma parte importante das suas vidas. É importante que o professor também participe e responda às perguntas deslocando-se para um dos lados da sala de aula. O professor deverá responder a todas as perguntas, inclusivamente à última: “Quem é que não disse a verdade pelo menos uma vez durante este jogo?”, a qual deve responder “Eu”, caso contrário a maioria dos alunos não terá coragem para assumir que mentiu.

Nesse sentido, o sentir-se no lugar do objeto de repulsa do ambiente escolar se torna claro pela configuração de sentir atravessadas no corpo as marcas dessas situações que constroem, inibem e afastam o ser homossexual do ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi possível perceber durante essa pesquisa foi que a escola não atendia e continua a não atender a diversidade, por mais que as determinações propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais procurem registrar e levantar a discussão a respeito da homossexualidade.

A escola constitui um rico espaço no qual o intercâmbio de saberes, culturas e práticas estão sendo apreendidas. Se há respeito mútuo entre as diversas classes que compõem um ambiente educacional, certamente haverá um enriquecimento para a vida em sociedade.

No entanto, a instituição escolar ainda constitui um espaço asfixiante para a diversidade compreendida aqui como o público GLBT, pelo fato de não saber lidar com a questão. E mesmo tendo consciência sobre esse aspecto, continua a repetir o ciclo da ignorância, do desrespeito, da heteronormatividade.

O que se pôde comprovar foi que a escola ainda é um espaço no qual o homossexual se sente acuado, pelo qual não há chances de sobreviver “com tanta gente atirando pedra”.

Assim, como escolher entre a vida ou a morte? A diversidade passa pelo mesmo processo no ensino Fundamental e Médio. Na Educação Infantil ainda não se percebe a questão da evasão escolar, pelo fato de os pais acompanharem ainda assim os seus filhos e visualizarem os possíveis erros na sua formação.

No entanto, é com a entrada no Ensino Fundamental que o sujeito, já com a sua identidade sendo definida, com a sua consciência sendo formada, é que passa a ser vítima de preconceito.

Como na luta entre o bem e o mal, ele tem de escolher entre ficar do lado do bem, da “normatividade”, ou ir para o lado do mal, da diversidade, como já apresentado tanto nas teorias, quanto nas falas dos entrevistados e imagens apresentadas.

O preconceito ainda é repetido, como bem dito por Abramovay (2004, p. 291), e nada é feito para mudar tais posturas. Por mais que tenhamos determinações que regem nossa educação, ela não é garantia de que a classe docente se comoverá.

Enquanto o “pôr-se no lugar do outro” não começar a funcionar dentro dos estabelecimentos escolares, enquanto cada um continuar a olhar para os seus próprios umbigos e não quiserem se preocupar com os “problemas dos outros”, a educação será somente uma palavra.

A escola precisa de aluno para ser escola, ela precisa de um professor que ensine esses alunos e aprenda com eles. Porém, se a escola não considera a diversidade do aluno e os próprios professores são os opressores da escola, para que servem tais recomendações?

Como explicitado durante a pesquisa, o papel da Educação Infantil no processo de formação de um cidadão mais consciente e de uma sociedade não hipócrita necessita de atenção.

Obviamente que para aqueles que ainda detêm o preconceito arraigado em suas almas parece tarefa árdua compactuar com a “proliferação” dos “desvios”. Todos possuímos as mesmas bases de composição. Por que sermos então diferentes?

Os homossexuais dentro do espaço escolar necessitam de uma assistência que os permitam ao menos ter a segurança de permanecerem no espaço escolar. A carência de atitudes leva ao desespero e, em muitos dos casos, além da evasão escolar, os suicídios são inevitáveis.

No entanto, a discriminação é o processo mais doloroso pelo qual passa um homossexual dentro do espaço escolar. Ser taxado disso ou aquilo não agrada a ninguém. Obviamente que o ser humano, em sua vontade mais do que incontrolável, busca nomear o ser.

Qualquer um pode ser diferente! E a “beleza está na diferença”. Isso faz do ser humano constituinte da sua própria identidade, onde “nem os dedos das mãos são iguais”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem certas vigências tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, elas não cabem somente a leitura de papéis, mas da prática desses papéis.

Instituindo-se direções para amenizar tais questões, os Parâmetros Curriculares Nacionais vieram, de forma contida, tentar excluir tantos paradigmas cristalizados.

Ano após ano, surgem novas formas de se perceber que a diversidade é essa parte da sociedade que falta. Nesse intuito, o programa lançado pelo governo brasileiro intitulado Brasil Sem Homofobia, veio a estabelecer o direito e a permanência desse ser homossexual, estigmatizado, preconceituado e discriminado no espaço escolar.

Um novo olhar está sendo dado. A “passos de tartaruga” estamos caminhando, como já dito, mas precisamos de um “coelho” antes que a educação deixe de ter o seu objetivo principal: o de educar, de formar uma sociedade futura e constituir cidadãos.

Frente ao Programa Nacional de Combate à Homofobia, a participação das Ongs e das instituições que atendem a essa parcela hoje menosprezada é essencial. Esse ponto foi

levantado em muitas entrevistas, no qual a permissão para a entrada no espaço escolar a fim de esclarecer e elucidar questões são o precioso ganho da sociedade.

Professores estão sendo capacitados junto às suas secretarias, aos seus núcleos, por profissionais que trabalham com tais questões de preconceito e discriminação; recomendações estão sendo feitas como a proposta pelo manual de como se trabalhar tais questões de adversidade, como proposto nessa pesquisa também.

A faca, o queijo e a vontade de comê-los estão nas mãos. Basta não deixar que o queijo apodreça e a faca oxide.

Sob esse aspecto, conclui-se que a escola ainda preconceitua, gera preconceito, repete o preconceito várias e várias vezes. Que essa escola ainda discrimina e ajuda nessa discriminação frente à postura de professores e funcionários e outros que permeiam o espaço escolar.

E ainda assim ela segrega da forma mais cruel: provocando marcas nos corpos dos sujeitos homossexuais, tanto pelos olhares, atitudes, verbalizações ou não e a sua imposição de que não há espaço para “todos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. (Org). **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO/Brasil, 2004. 428p.

ABDALLA, Vilma. **O que pensam os alunos sobre a escola noturna**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 110).

AEQUO, Rede ex. **Educar para a Diversidade: um guia para professores sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**. Tradução de ABRANTES, M; COSTA, P; GONÇALVES, P; SILVA, R. P; TAVARES, S. ed. rede ex aequo: associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e simpatizantes. Novembro, 2005.

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e Preconceitos na Escola: alternativas teóricas e práticas**. Coodernação de Julio Groppa Aquino. São Paulo: Summus, 1998.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

BARBERO, Graciela Haydeé. Erotismo em transformação. Gay & Lesbian Studies e Queer Teory, surgidos nas universidades americanas, nos anos 80, apontam para possibilidades de realização sexual e para diferentes formas de viver o prazer. In: **Revista Mente e Cérebro**. Ano xiv. n. 165. Outubro, 2006. p. 53-57.

BRANCO, Guilherme Castelo. Do pecado à doença. Inquietações em torno da sexualidade infantil. In: **Revista Mente Cérebro & Filosofia**. n. 6. p. 44-49.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer n. 04/98, de 29 de janeiro de 1998. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental**. Relatora Conselheira: Regina Alcântara de Assis. Diário Oficial da União, Brasília, p.31, 15 abr. 1998.

_____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Resolução CEB nº 2, de 7 de Abril de 1998. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Diário Oficial da União, Brasília, 15 abril 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais- Ensino Fundamental-Temas Transversais: Ética**. Brasília, MEC/SEEf, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais- Ensino Fundamental- Temas Transversais- Orientação Sexual**. Brasília, MEC/SEEf, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio**. Brasília, MEC/ SEMT, 1996.

BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

CAVALCANTI, L.B.P. Na sala de aula. Problemas de aprendizagem são mais comuns em garotos; mais que diferenças cognitivas refletem projeções sociais. In: **Revista Mente & Cérebro**. ed. especial. n. 10. p. 62-67.

CICERONE, Paola. Os cinco sexos do cérebro. Um psicólogo inglês propõe uma provocativa explicação para as diferenças entre o cérebro do homem e da mulher. O autismo seria um comportamento masculino extremo, e os sexos não seriam dois, mas cinco. In: **Revista Mente & Cérebro**. Tradução de Alexandre Massela. Ano. xiii. n. 146. Outubro, 2005. p. 52-55;

CIENTÍFICO, A. N. J. Bullying. Assim Chamada, a violência psicológica entre adolescentes deixa de ser um assunto pedagógico para circular em lares e consultórios. In: **Revista Ciência e Vida**. Psique. ed. Especial. Ano III. n. 10. p. 12-19.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À HOMOFOBIA. **Programa Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

COSTA, A. A. A. **Poder em Debate**. Organização de Anita Aline Albuquerque Costa. Pernambuco: Unipress, 2002.

CHIBLI, Faoze. Educação para a revolta. Psicóloga pesquisa a incidência de Bullying nas escolas de São Paulo e descobre que a prática não se restringe apenas aos alunos. In: **Revista Ciência e Vida**. Psique. ano. II. N. 17. p. 06-13.

DESCHAMPS, Denise. De onde vem a homofobia. Cabe na análise deste tipo de comportamento averiguar o contexto no qual se manifesta e, além disso, investigar os conflitos intrapessoais que a atitude possa ocultar. In: **Revista Ciência e Vida**. Psique. ano III.n. 32. p. 42-47.

ESPERANÇA, Grupo. **Cidadania Trans: direitos humanos, movimentos social trans, relatório de pesquisa**. Curitiba, 2007.

EPSTEIN, ROBERT. Ser ou não ser? Mais que uma opção entre hétero ou homossexualidade, especialistas defendem a existência de um “continuum” de orientações possíveis determinadas por vários fatores. In: **Revista Mente & Cérebro**. Tradução de Demétrio Toledo. Ano xiv. n. 165. Outubro, 2006. p. 40-45.

FANTE, Cleo. Brincadeiras Perversas. O bullying é caracterizado por violência recorrente, desequilíbrio de poder, intenção de humilhar; a prática, freqüente nas escolas, pode levar vítimas à depressão e ao suicídio. In: **Revista Mente & Cérebro**. Ano xv. n. 181. Fevereiro, 2008.

FEIZI, M.M; JESUS, R.C.P. **Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas** / Feizi M. Milani, Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus (organizadores). – Salvador: INPAZ, 2003. 356 p. : il.

FIELDS, Douglas. Segredos da atração. Uma estrutura discreta e delicada, que conecta o nariz ao cérebro, passou séculos despercebida pelos neuroanatomistas. Graças a tubarões e baleias, descobriu-se há pouco tempo que ela é essencial para a atração sexual. In: **Revista Mente & Cérebro**. Tradução de Julio de Oliveira. Ano xiv. n. 172. Maio, 2007. p. 46-53.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**; organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADELHA, Sylvio. Foucault como intercessor. O legado de ricos instrumentos conceituais para averiguar as implicações da educação nos atuais processos de exclusão. In: **Revista Educação**. ed. especial Biblioteca do Professor. Foucault pensa a educação. n. 3. p. 74-83.

HANSER, Hartwig. Diferentes desde o nascimento. Desde a mais tenra idade meninos e meninas comportam-se de forma diversa. Será tudo questão de educação? De jeito nenhum, atestam as mais recentes pesquisas. In: **Revista Mente & Cérebro**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. Ano xiii. n. 146. Outubro, 2005. p. 32-39.

HOUZEL, Suzana Herculano. O cérebro homossexual. Mecanismos que atuam na vida intra-uterina e na puberdade determinam a sensibilidade aos feromônios e constituem a base biológica da preferência sexual. In: **Revista Mente & Cérebro**. Ano xiv. n. 165. Outubro, 2006. p. 46-51.

_____, Suzana Herculano. Entre iguais. Mecanismo que atua na vida intra-uterina e na puberdade pode determinar a base das preferências sexuais. In: **Revista Mente e Cérebro**. ed. especial. n. 10. p. 36-41.

JUNIOR, C. A. P. Sexualidades e Modos de vida. Uma genealogia do presente. In: **Revista Mente Cérebro & Filosofia**. n. 6. p. 50-57.

KAMINSKI, K; CHARÃO, C. O preconceito é uma doença. Alunos e professores homossexuais fama sobre suas escolhas, comentam discriminação entre colegas de classe e apontam como escolas podem respeitar diferenças. In: **Revista Educação**. Ano 07. n. 84. Abril, 2004. p. 42-52.

KIMURA, Doreen. O poder dos hormônios. Diversidade de padrões comportamentais e cognitivos reflete influências da química cerebral. In: **Revista Mente & Cérebro**. ed. especial. n. 10. p. 6-13.

KRAFT, Ulrich. O poder do feminino. O estrogênio não se limita a controlar a sexualidade feminina. Ele influencia também as mais diversas capacidades cognitivas- tanto no homem quanto na mulher. In: **Revista Mente & Cérebro**. Tradução de Sérgio Tessaroli. ed. especial. n. 6. p. 50-55.

_____. Velhos clichês, nova realidade. Enquanto neurocientistas buscam apreender no cérebro a “pequena diferença”, e sociólogos procuram fundamentá-la em bases evolutivas,

papéis tradicionais de homem e mulher vão se modificando. In: **Revista Mente & Cérebro**. Tradução de Sergio Tellaroli. Ano. xiii. n. 146. Março, 2005. p. 30-31.

KRECH, D; CRUTCHFIELD, R. **Elementos de Psicologia**. v. 2. ed. Pioneira, 1958.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - Uma Política Pós- Identitária para a Educação. **Rev. Estud. Fem.** v. 9 n. 2. Florianópolis, 2001.

_____, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, R. (Org). 1979. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal (Edição com base em textos de Michel Foucault).

MARTELLI, Josyane Milléo. O uso da imagem na pesquisa educacional. In: **26 Anped**, 2003, Poços de Caldas. Novos governos - novas políticas. Petrópolis: Vozes, 2003. v. -. p. 241-241.

MARTINS, Carlos José. Foucault: sexo e verdade. O confronto político em torno da vida. In: **Revista Mente Cérebro & Filosofia**. n. 6. p. 36-43.

MIKOLCI. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: **16º COLE - Congresso de Leitura do Brasil**, 2007, Campinas/SP. Caderno de Atividades e Resumos do 16º COLE - Congresso de Leitura do Brasil. Campinas/SP: ALB, 2007. p. 1-19.

_____, Richard. Um Corpo Estranho na Sala de Aula. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). **Afirmando Diferenças: Montando o Quebra Cabeça da Diversidade da Escola**. 1 ed. Campinas: Papirus, 2005, v. 1, p. 13-26.

_____, Richard. Vivemos uma crise das identidades de gênero? In: **29.o Encontro Anual da ANPOCS**, 2005, Caxambu-MG. Programa e Resumos 29.o Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2005. v. 01. p. 140-140.

_____, Richard. Reflexões sobre Normalidade e Desvio Social. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, Departamento de Sociologia/ Pós Graduação em Sociologia, v. 13-14, p. 109-126, 2002-2003.

BANCO MUNDIAL. **A Questão de Gênero no Brasil**. Unidade de Gênero. Departamento de Política Econômica e Redução de Pobreza. Região da América Latina e Caribe. Março, 2003.

MUSKAT, Mauro. Dinâmica do Conhecimento. Estudos sobre neuroplasticidade levantam questões sobre a responsabilidade da cultura, do meio e da educação na constituição de indivíduos. Há influências também de aspectos orgânicos. In: **Revista Mente & Cérebro**. ed. especial. n. 8. p. 40-47.

OLIVEIRA, M. R. A.; MORGADO, M. A. Jovens, Sexualidade e Educação: homossexualidade no espaço escolar. In: **29ª Reunião Anual da ANPEd**, 2006, Caxambu, MG. Anais da 29ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu, MG: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2006. v. 01. p. 01-14.

MISKOLCI, Richard. Do Desvio às Diferenças. In: **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 47, n. 01, p. 9-42, 2005.

PÁDUA, Antônio. Homossexualismo, o fenômeno que requer reflexão. In: **Mundo Jovem**. PUCRS, n. 305, p. 19, agosto 1994.

PEROZIM, Lívia. Masculino e Feminino: Plural- Ao reproduzir os preconceitos de gênero, escola prejudica formação e desempenho de meninos e meninas. In: **Revista Educação**. Ano 10. n. 109. Maio, 2006. p. 48-61.

POGREBINSCHI, THAMY. Foucault, Para Além do Poder Disciplinar e do Biopoder. Lua Nova. **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 63, p. 179-202, 2004.

PROCHAT, PATRICIA. A dança dos gêneros. Fenômenos como casamento gay, adoção por casais homoparentais e novas estruturas de parentesco exigem outras maneiras de compreender a cultura; a filósofa americana Judith Butler, por exemplo, recusa a idéia de que o corpo por si só, é determinante. In: **Revista Mente & Cérebro**. Ano xv. n. 185. Junho, 2008. p. 44-49.

RIBEIRO, A.I.M; FRANCINO, A.C. A Leitura que se faz da homossexualidade na escola: ausência de conhecimento sobre a diversidade sexual. In: **16º COLE - Congresso de Leitura do Brasil**, 2007, Campinas/SP. Caderno de Atividades e Resumos do 16º COLE - Congresso de Leitura do Brasil. Campinas/SP: ALB, 2007. p. 112-112.

RODRIGUES, Valter A. **Coleção Ensino Médio e Formação Profissional**. v. 3. ed. Ática, 1999.

ROSAS, S. C. Educação Inclusiva. Entenda esse movimento e veja uma atividade para aplicar com a turma e trabalhar valores éticos. In: **Guia prático para professores 1ª a 4ª série Ensino Fundamental**. Ano 02. n. 19. Setembro, 2005. p. 8-9.

ROUGHGARDEN, Joan. Homossexualidade como traço adaptativo. Respeitada bióloga da Universidade Standford, a autora deste texto nasceu homem e recebeu o nome de Jonathan, mas há 11 anos decidiu mudar de sexo; atualmente a pesquisadora contesta a teoria evolucionista de Darwin. In: **Revista Mente & Cérebro**. Tradução de Vera de Paula Assis. Ano. xv. n. 185. Junho, 2008. p. 50-55.

SILVA, Tomaz da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. 10ª reimp. Belo Horizonte. Atlântica, 2007.

SILVEIRA, F. A; FURLAN, R. Corpo e Alma em Foucault: Postulados para uma Metodologia da Psicologia. In: **Psicologia USP**, Instituto de Psicologia - USP, v. 14, n. 3, p. 171-194, 2003.

SOUZA, Érica Renata. Marcadores Sociais da Diferença e Infância: relações de poder no contexto escolar. In: **Cadernos Pagu**, n. 26. Campinas. Jan/Jun. 2006.

SCHRAML, Walter J. **Introdução à Moderna Psicologia do Desenvolvimento para Educadores**. v.3. ed. Pedagógica e Universitária Ltda., 1977.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa**. São Paulo, Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Biblioteca Central Prof. Faris Michael. **Manual de Normalização bibliográfica para trabalhos científicos**. Ponta Grossa: UEPG, 2005.

VIANNA, C; FINCO, D. O corpo e a cultura. Hoje já se reconhece a influência social sobre o comportamento, a cognição e ao desenvolvimento das habilidades motoras. In: **Revista Mente & Cérebro**. ed. especial. n. 10. p. 50-55.

VIVEIROS, Mariana. Como nascem os bebês? Saiba como lidar com as curiosidades e alguns comportamentos dos pequenos. In: **Guia prático para professoras de Educação Infantil**. Ano 04. n. 47. Dezembro, 2006. p. 12.

ZOÉGA, Leda. Aceitando as diferenças. Cultive a tolerância entre seus alunos. In: **Guia Prático para professoras de Educação Infantil**. Ano 03. n. 34. Novembro, 2005. p. 6.